

SUMÁRIO

4	ENTREVISTA José Serra - Governador do Estado de São Paulo
8	ALAGOAS Servidores públicos ganham 30 dias de programação especial
12	AMAPÁ Banco de Talentos e Habilidades
14	BAHIA Estado sediou maior congresso da história do Clad
18	CEARÁ Rede Estadual de Planejamento
20	ESPÍRITO SANTO Estado investe em valorização e capacitação do servidor
24	MARANHÃO Programa do governo do estado valoriza o servidor público
26	MATO GROSSO Imprensa Oficial do estado completa 170 anos
30	MINAS GERAIS O terceiro pilar do choque de gestão
34	PARANÁ Encontro de Servidores: circuito mobiliza 15 mil funcionários
36	PERNAMBUCO Estado consolida modelo integrado de gestão
40	PIAUÍ Volta à sala de aula
44	RIO DE JANEIRO Estado lança sistema de aquisições pela internet
46	ARTIGO - Marcelo Viana Um Balanço do Ano Nacional da Gestão Pública
48	RIO GRANDE DO NORTE Secretaria promove discussão do Novo Direito Administrativo
50	RIO GRANDE DO SUL Secretaria é fundamental na busca pela reestruturação do estado
54	RORAIMA II Oficina de Trabalho
56	SANTA CATARINA Protocolo eletrônico elimina "papelório" e "carimbório"
58	ARTIGO - Renata Vilhena Qualidade do Gasto Público ainda que tardia
60	SÃO PAULO Programa Melhoria da Qualidade dos Gastos Públicos
64	SERGIPE Governo lança unidade móvel de atendimento ao cidadão
68	TOCANTINS Governo investe na efetivação de servidores

EDITORIAL



Encerraremos 2009 em breve, com muitas vitórias para comemorar, mas ainda com muito caminho a percorrer. O Ano da Gestão Pública no Brasil foi sem dúvida um marco na administração pública brasileira. Nunca se falou tanto do assunto como agora. E foi a partir deste intenso debate que conseguimos entender melhor as necessidades de cada estado, e ver o que é possível fazer para que todos apontem na mesma direção. O Consad já se consolidou como órgão de referência na gestão pública, ultrapassando os limites da troca de experiências, que motivou a criação da entidade.

Começamos o ano com o Congresso do Consad, que trouxe excelentes experiências nacionais e internacionais. Paralelo a isto, tivemos os fóruns de Teresina, Belém, Goiânia e agora São Paulo, onde tivemos acesso a informações privilegiadas de órgãos do governo federal, no que diz respeito à melhoria da gestão pública. Muitos assuntos vieram à tona e se tornaram prioridade na luta por uma gestão pública de resultados. Debater e sugerir mudanças no direito administrativo se tornou peça fundamental para que se avance neste processo. A judicialização da vida tem impedido que administradores coloquem em prática medidas que surtirão melhoria imediata no atendimento ao cidadão.

O modelo tradicional burocrático não está mais de acordo com a nossa realidade de gestores por resultados. Continuamos tendo que fazer um imenso esforço para que os carimbos sejam colocados no lugar certo, quando isto nem sempre representa um serviço público de qualidade para a população. A administração pública não pode continuar a ser tratada de forma dogmática.

Nesta edição, você encontrará experiências ainda mais motivadoras para nossa rotina de administrador público. Experiências inovadoras e exitosas, que nos fazem acreditar que é possível trabalhar pela melhoria do atendimento cidadão e obter sucesso. *Boa leitura e um ano novo de realizações.*

Paulo César Medeiros de Oliveira Jr.
Presidente do Consad



José Serra

Governador do Estado de São Paulo

O Governador José Serra nasceu em São Paulo, no bairro da Mooca. Ingressou na política como presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo em 1962/63 e, depois, como presidente da UNE em 1963/64. Foi perseguido pelo golpe de Estado que derrubou João Goulart em 1º de abril de 1964, e partiu para o exílio três meses depois. Em 1978, José Serra retornou ao Brasil. Tornou-se professor da Unicamp, pesquisador do Cebap e editorialista da Folha de S. Paulo. Foi fundador do PMDB, sendo relator do primeiro programa do partido. Como secretário de Economia e Planejamento do governo Montoro, Serra enfrentou seus primeiros grandes desafios como administrador público. Elegeu-se deputado federal constituinte em 1986 e conquistou a reeleição em 1990, com quase 340 mil votos. No Congresso Nacional foi relator dos capítulos de orçamento, tributação e finanças. Em 1994, José Serra foi eleito senador por São Paulo, com a maior votação do País. Em seguida, ocupou o Ministério do Planejamento e Orçamento do governo Fernando Henrique Cardoso, até meados de 1996. A partir de abril de 1998 assumiu o Ministério da Saúde. No ministério, coordenou uma emenda constitucional que fixou valores mínimos para o gasto público em saúde no Brasil. Em 2004, eleito prefeito de São Paulo, iniciou um trabalho para sanear a Prefeitura. Conseguiu uma economia de 450 milhões de reais com a renegociação de contratos. Serra começou a construção e a reforma de hospitais, para aumentar a oferta de leitos para a população. Organizou e ampliou a distribuição de medicamentos, implantando o Remédio em Casa, um benefício que, gradualmente, atende pacientes de doenças crônicas. Criou o programa Mãe Paulistana e as AMAs (Atendimento Médico Ambulatorial), unidades mistas de atendimento e Pronto-Socorro, que hoje beneficiam mais de 300 mil pessoas por mês, de segunda a sábado, doze horas por dia. Em 2006, com 12.381.038 votos, José Serra foi eleito, no primeiro turno, Governador do Estado de São Paulo.

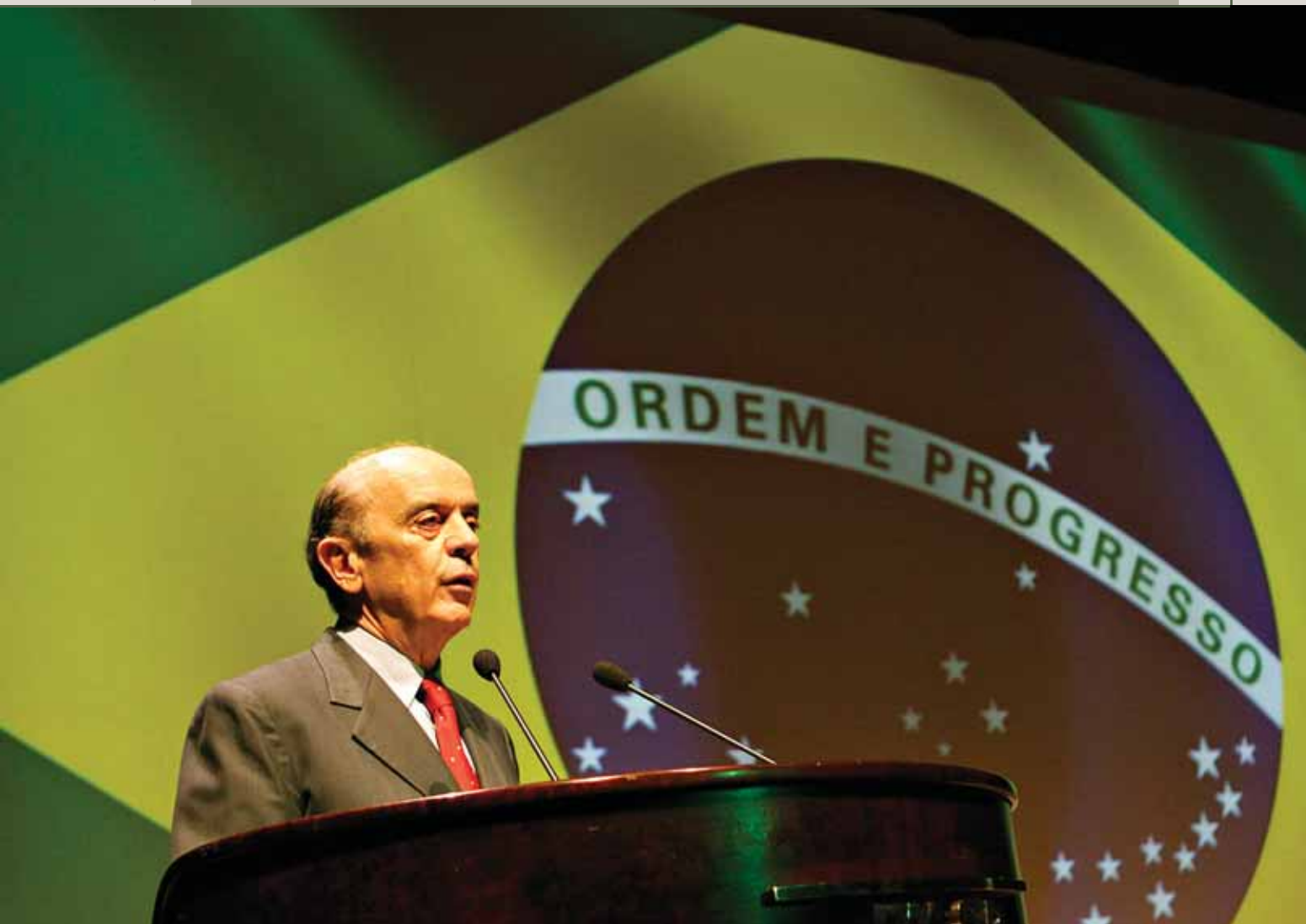
Governador Serra, em julho deste ano o senhor liberou o acesso de todos os servidores do Estado às ferramentas sociais da web 2.0, como o Twitter e o Orkut. De que forma estas plataformas sociais via internet estão colaborando na gestão pública?

A liberação do acesso às plataformas sociais da web – Orkut, Twitter, Flickr e Youtube – é um ganho para todos. A inclusão digital está modernizando e revolucionando a administração pública. Ela faz com que o relacionamento do Governo com os servidores seja muito mais ágil, direto, amplo, democrático e até mesmo igualitário, tudo em tempo real. Isso tem um efeito positivo na qualidade da prestação de serviços aos cidadãos paulistas.

Ainda neste assunto, o senhor acredita que a inclusão social e a inclusão digital caminham juntas?

Não tenho dúvida. Os programas de inclusão digital do governo de São Paulo realizaram 41,4 milhões de atendimentos em 8 anos de existência. Só o ACESSA SP – que tem praticamente 500 postos em mais de 440 cidades – registrou quase 40 milhões de acessos. Também lançamos o ACESSA Escola, que transformou as salas de informática as escolas em verdadeiras *lan houses*. Para isso, temos mais de 6 mil alunos do Ensino Médio como estagiários, que recebem treinamento e uma bolsa para desenvolver as atividades do programa, preferencialmente, na própria escola em que estudam. Em 2009 levamos o programa para o interior e vamos atingir mais de 2.200 escolas em 610 municípios.

Um outro assunto que gerou interesse sobre a gestão do Estado foi a notícia de que seu governo conseguiu superar a meta de economia dos gastos



“A gestão do gasto é a finalidade da ação governamental. Se um dia isso pudesse ser feito no conjunto do País seria, sem dúvida, uma coisa extraordinária”

públicos, que era de R\$ 500 milhões. Quais foram as ações que levaram a essa economia?

Fortalecemos muito as áreas de Planejamento e de Gestão, o que não é habitual na vida pública brasileira, mas é muito importante, porque o gasto tem que ser bem planejado e com prioridades claras, com metas, com sequência, com cronograma e tudo mais. Implementamos ações por toda a administração direta e autarquias, com foco no aumento da eficiência da gestão dos contratos de prestação de serviços e na otimização do consumo de recursos materiais e da compra de medicamentos, por exemplo. Foi assim que superamos a nossa meta, com uma economia de R\$ 518,2 milhões. A gestão do gasto é a finalidade da ação governamental. Se um dia isso pudesse ser feito no conjunto do País seria, sem dúvida, uma coisa extraordinária.

Um dos programas mais falados do governo do estado de São Paulo é o Poupatempo, cujo modelo já foi até exportado para outros Estados e países. O Poupatempo é sucesso porque simplifica a vida do cidadão. Quais são as outras iniciativas do governo do Estado de São Paulo no combate à burocracia e rumo à modernização?

O Poupatempo é uma das melhores coisas que tem no Governo, e é por isso que chama tanto a atenção, inclusive fora do Brasil. Ele faz com que a vida das pessoas fique mais fácil. E tem inspirado iniciativas modernas, como o programa Microempreendedor Individual, um modelo de desburocratização que começa a tirar da informalidade muita gente que trabalha por conta própria e ganha até R\$ 36 mil por ano. Outra iniciativa importante é o Emprega São Paulo, um portal de intermediação gratuita entre cidadãos em busca de oportunidades de trabalho e os empregadores que oferecem vagas. Na área da Segurança Pública, há o Boletim de Ocorrência Eletrônico, que para alguns delitos dispensa a exigência de que a vítima se apresente num plantão policial para prestar queixa. Ainda na Segurança implantamos as salas de videoconferência, que permitem que a Justiça tome o depoimento de réus presos à distância em tempo real. Isto aumenta a segurança, diminui a lentidão da Justiça e transfere os policiais envolvidos no transporte de presos para o combate ao crime. Esses sistema está sendo

“Sobre o Poupatempo, hoje são mais de 90 mil pessoas atendidas a cada dia, e nós vamos expandir para 145 mil”

expandido. Sobre o Poupatempo, pretendemos ampliar a capacidade de atendimento, até o final da gestão, em mais de 50%. Hoje são mais de 90 mil pessoas atendidas a cada dia, e nós vamos expandir para 145 mil pessoas por dia. Não tem nada mais importante na vida material do que o tempo, ganhar tempo, poupar tempo, para que se tenha condições de mais lazer ou de fazer mais coisas num mesmo dia.

O governo de São Paulo também está adotando modelos da iniciativa privada para a eficiência da gestão pública, como a certificação ocupacional para cargos em comissão nas áreas estratégicas. Além desse, quais outros exemplos trazidos do mundo corporativo já estão fazendo a diferença?

A exigência de certificação ocupacional para os chamados cargos de confiança fez com que, no Estado de São Paulo, seja cada vez mais valorizada a competência profissional de quem ocupa cargo em área estratégica. Isso é muito importante na administração pública, elimina favorecimentos pessoais, é um fato histórico. Ao mesmo tempo, adotamos tanto a gestão por resultados, que exige o cumprimento de metas, como a remuneração variável, que valoriza os servidores que se esforçam, se dedicam mais e, por isso mesmo, exibem resultados melhores para toda a sociedade. Essas iniciativas já vigoram nas Secretarias da Educação, Economia e Planejamento, Fazenda e Centro Paula Souza – e serão expandidas para outras áreas. E não podemos esquecer que a economia de gastos públicos, sobre a qual já falamos, também é uma ação importante nesse sentido.

Como tem sido a aceitação da implantação do modelo de gestão por resultados no estado?

O incentivo individual tem um papel muito relevante. Quem trabalha, se dedica e se esforça gosta de ser recompensado, porque sabe o duro que dá para se manter atualizado, aprender coisas novas, aperfeiçoar as suas práticas. Evidentemente, não gosta nem um pouco quando percebe que um colega próximo que não se esforça no trabalho, não se dedica, recebe o mesmo salário. Isso é injusto, precisa ser corrigido e nós estamos corrigindo. Nós estamos realmente promovendo alterações estruturais, e todos sabem que alteração estrutural sempre perturba, gera tensões. Mas os servidores competentes gostam de

Cris Castello Branco



Serra posa para fotos ao lado de alunos do TecSaúde (Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para Área de Saúde no Estado de São Paulo)

“Os eventos do Consad fazem com que as boas idéias sejam permanentemente replicadas, inclusive pelas redes sociais – o que amplia o seu alcance”

ser motivados – e são eles que nos dizem que estamos no caminho correto. Recentemente lançamos o programa Valorização pelo Mérito, voltado para professores, supervisores e diretores da rede de ensino do Estado. A cada ano, pelo menos um quinto de todos os professores da nossa rede poderão ganhar 25% mais em seus salários. Nós estamos mudando a história da remuneração dos professores no Brasil. Tenho certeza de que todos irão se

conscientizar de que esse é o melhor modelo de gestão, o mais justo.

Como o governo do Estado de São Paulo vê a troca de experiências exitosas em gestão pública, que tem acontecido nos congressos e nos fóruns do Consad?

A documentação de projetos e programas que realizamos, além da troca de experiências, são fundamentais para o aperfeiçoamento da administração pública. Estamos sempre aprendendo uns com os outros, e é muito importante dispor de canais que mantenham essa disposição. Os eventos do Consad fazem com que as boas idéias sejam permanentemente replicadas, inclusive pelas redes sociais – o que amplia o seu alcance. Cada vez mais os Governos se procuram, em busca das melhores práticas. São Paulo tem feito parcerias com outros Estados, nas quais repassa experiências bem sucedidas, como por exemplo, o Poupatempo. Nosso Governo vai deixar um importante legado para as próximas administrações. É fundamental que as grandes realizações tenham continuidade. Isso melhora nosso futuro – do Estado e do Brasil.

Servidores públicos ganham 30 dias de programação especial

Texto: Clau Soares

Fotos: André Molina, Walesca Paes e Clau Soares

A Administração Pública aderiu, nos últimos anos, a um novo modelo de gerenciamento. Baseado na busca por resultado e na moralidade, essa nova forma de administrar o Estado exige ainda mais a valorização dos servidores públicos, o que inclui a capacitação, a motivação e a profissionalização dos colaboradores.

Nesse contexto, o governo de Alagoas tem investido recursos e esforços para garantir a evolução do Programa de Valorização do Servidor Público, instituído em maio de 2008. As ações acontecem durante todo o ano. No entanto, em outubro, mês no qual se celebra o Dia do Servidor, Alagoas oferece trinta dias dedicados aos agentes públicos, com palestras, cursos, e outras atividades motivacionais.

O Mês do Servidor oferece atrações que buscam incluir o quadro funcional nesse processo de mudança da administração pública estadual e garantir que todos tenham acesso ao que há de mais moderno em gestão pública.

O evento teve o patrocínio da Caixa Econômica Federal e em seu segundo ano, foi ampliado e diversificado. Além dos Jogos dos Servidores, da entrega da Medalha Sílvio Vianna e do Ciclo de Palestras – atividades de sucesso em 2008 –, em 2009, a Secretaria de Estado da Gestão Pública trouxe mais novidades. Com o tema, *Trinta dias dedicados a você*, cada semana foi marcada pelo ponto alto das ações.





Jogos dos Servidores

Os II Jogos dos Servidores Públicos estaduais receberam mais modalidades esportivas e a inclusão das mulheres nas competições, uma requisição das próprias servidoras. No total, dois mil servidores inscreveram-se em futebol de salão, futebol de campo, futebol society, handball e vôlei, além de gamão, dama e xadrez. Em 2008, participaram 765 servidores de 21 secretarias, disputando futebol de salão e de campo somente. As equipes vitoriosas receberam troféus e medalhas, além de eleger os melhores atletas nas diferentes categorias. Os times da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros foram os destaques dos jogos em 2009.

Palestras

O II Ciclo de Palestras também foi reformulado. Com uma logística foi mais dinâmica, os palestrantes foram até os órgãos para se aproximar mais do público. “Neste ano decidimos ir até o servidor”, explicou a diretora de Políticas de Desenvolvimento de Pessoas, Sírja Libânia Aquino.

A abertura aconteceu no dia 13 de outubro, com Jairo de Jesus, que trouxe o tema *Falando sobre Gestão Pública*, no Anexo I – Segesp. No dia 15, o professor Ednaldo Marques falou sobre *Como administrar seu tempo*, no auditório Valéria Hora, da Escola Técnica de Saúde.

Já nos dias 20 e 21 de outubro, foi a vez de Dário Cesar Barbosa, com a palestra *Excelência no serviço público*, no Palácio República dos Palmares – sede do governo – e do palestrante Sérgio Accioly, que discorreu sobre o Ser-

vidor Público e os desafios das mudanças, no Auditório da Secretaria de Estado de Educação e Esportes

Para fechar o Ciclo, nos dias 27 e 28 de outubro, a consultora-sênior do Banco Mundial, Evelyn Levy, abordou a *Modernidade no serviço público* e o palestrante Daniel Godri falou sobre *Motivação*, no Teatro do Colégio Marista. O professor universitário Júlio César Pompeu proferiu a palestra *Ética – discurso e prática*, encerrando o Ciclo de Palestras.

I Concurso de Ações Inovadoras

Com o objetivo de destacar iniciativas inovadoras que propiciem melhoria da qualidade dos serviços públicos, a Segesp criou o I Concurso de Ações Inovadoras. Três projetos foram selecionados nesta primeira edição: o Sipanet – Sistema de Informação Processual e Arquivo; o programa de Redução de Peso: Quem Perde Mais, Ganha, e o programa de Gestão de Resíduos. O primeiro lugar foi premiado com uma viagem com acompanhante para Curitiba (PR), o segundo lugar, um notebook e o terceiro, um computador.

Os projetos vencedores: O Sipanet – Sistema de Informação Processual e Arquivo, implantado desde 2007, foi elaborado pela Gerência de Desenvolvimento de Software da Uncisal sob a supervisão do servidor Byron Loureiro. A função do sistema é automatizar a tramitação de processos, conferindo mais autonomia aos interessados para consultar os trâmites por meio virtual.

O programa de Redução de Peso: Quem perde Mais, ganha existe desde março deste ano, sendo iniciativa do Núcleo de Gestão de Pessoas, grupo de Humanização e da Saúde Ocupacional, do Hospital Escola Portugal Ramalho. O programa visa a mudanças dos hábitos alimentares por meio do desenvolvimento de uma consciência nutricional mais saudável. A servidora Maria Denyse Moura Guimarães é a responsável pela inscrição.

O Programa de Gestão de Resíduos, idealizado pela servidora Keila Guimarães, foi implantada em 2006 na Uncisal e desde então busca conscientizar servidores e comunidades e incentivar atitudes que contribuam com a prevenção da contaminação ambiental e humana, além da minimização, reutilização e reciclagem de resíduos.



O troféu

Os vencedores do I Concurso de Ideias Inovadoras receberam ainda um troféu criado pelo artista plástico alagoano Fredy Correia. “A figura humana representa o servidor público com a mão estendida em direção ao futuro. Mas esse futuro não é apenas tecnológico, ele também é sinônimo de eficiência e da qualidade rumo à excelência no serviço público”, explica o coordenador de comunicação da Segesp, Adalberto Lopes.

Feira de Talentos

A criatividade dos servidores públicos estaduais marcou a primeira edição da Feira de Talentos do Poder Executivo do Estado. A iniciativa visa a descobrir talentos artísticos dos funcionários do Estado.

A servidora do município de Coruripe Maria José Coutinho visitou todos os estandes e gostou do que viu. “Tudo está muito bonito, organizado e os servidores estaduais têm a oportunidade de mostrar um lado que ultrapassa as atribuições do trabalho no órgão de lotação”, disse, enquanto elogiava os produtos de *quilling*, técnica de enrolar pequenas e finas fitas de papel ou tecido, da servidora da Escola de Governo, Maria da Glória Rocha.

O expositor Ilton Santos apresentou seus quadros em tinta a óleo com orgulho. “Trabalho com comunicação visual há 20 anos, sou vigilante há quatro e há dois faço pintura”, relatou. Influenciado pelo pintor pernambucano Romero Britto, Ilton Santos preserva o gosto por cores fortes e revela que é a primeira vez que expõe seu trabalho. “Essa é uma ação inovadora do governo. Espero que se torne permanente. Hoje, fiz muitos contatos e já tenho algumas visitas marcadas porque também faço obras por encomenda”, argumentou.

A superintendente de Desenvolvimento de Pessoas, Célia Leite, esclareceu que a expectativa é que a Feira de Talentos seja expandida. “Alguns servidores procuraramos hoje para pedir um espaço, por isso vamos pensar junto com os expositores que estão aqui, e avaliar que mudanças poderão ser implantadas para fazer as próximas edições ainda melhores que esta e com mais servidores mostrando seus outros talentos”, garantiu a superintendente.



Medalha Sílvio Vianna

A Medalha do Mérito Sílvio Vianna foi instituída pelo Decreto nº 3.986, de 11 de março de 2008, e oficializa a homenagem do governo aos servidores públicos do Estado. A condecoração reconhece o trabalho de dez servidores públicos do quadro efetivo de órgãos, secretarias ou entidades do Poder Executivo estadual.

A solenidade de entrega ocorreu no dia 30 de outubro e contou com a presença do governador Teotonio Vilela Filho, que conferiu a honraria aos dez medalhistas de 2009. “Sinto-me muito honrando e feliz em criar como referência de probidade e compromisso público a medalha Sílvio Vianna, porque representa para o serviço público estadual a história de vida de um homem que fez da responsabilidade de seu trabalho um exemplo para todas as gerações”, afirmou Teotonio Vilela.

O secretário de Estado da Gestão Pública, Guilherme Lima, fez a abertura do evento e ressaltou o significado da Medalha Sílvio Vianna para a qualidade do serviço público estadual. “Não é fácil ser servidor em Alagoas. Nosso Estado está crescendo, mas sabemos que ainda temos de lutar muito”, ressaltou Guilherme Lima, ao elogiar o empenho dos servidores em

contribuir com o desenvolvimento do Estado e a qualidade do serviço público de Alagoas.

A seleção foi feita por uma comissão técnica presidida pelo secretário de Estado da Gestão Pública, Guilherme Lima, em parceria com as Coordenações de Gestão de Pessoas dos órgãos. Foram considerados aspectos como assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, compromisso com o serviço público, além das justificativas enviadas pelas organizações.

Servidores homenageados

Edilene Queiroz (Segesp), Germano Firmino dos Santos, (Setur); Jadson Pedrosa Gomes (HGE); Jorge Rodrigues de Souza (DER); Josemary Ferreira da Costa (Uncisal); Keila Adiene Guimarães Gomes (Uncisal); Manoel Alves da Silva (Seds); Marta Moura Galvão Azevedo (Hemoal); Paulo José Soares da Silva (Seplan), e Wilma Maria Nóbrega Lima (Secult).



Conte com um parceiro seguro para garantir tranquilidade para seus negócios.

Ano novo, novos desafios. Que o ano de 2010 seja repleto de novas oportunidades e conquistas. O Empréstimo Consignado **Mercantil do Brasil** é a maneira mais fácil e prática de realizar os seus projetos e planos.

Estar ao seu lado faz parte do nosso compromisso.

**MERCANTIL
DO BRASIL**
Compromisso com você.

Banco de Talentos e Habilidades

Capital intelectual valorizado por meio de suas potencialidades

Giberto Ubaiara –Secom/AP

Nos últimos anos, governos do mundo todo mergulharam num ciclo acelerado em busca de qualidade e profissionalização no serviço público. A procura por melhor desempenho também intensificou a prospecção, a identificação e o recrutamento de profissionais de alto potencial entre os servidores das próprias administrações públicas. No Amapá, essa estratégia visou não somente ao alinhamento da gestão às novas exigências da administração pública moderna, mas também, e acima de tudo, a atender a um antigo anseio da sociedade. Se por um lado a população esperava pela modernização da administração com a melhoria nas práticas da gestão pública, como celeridade, eficiência e eficácia dos serviços, por outro, os servidores públicos também esperavam um passo em direção à valorização e a seu desenvolvimento profissional.

Para viabilizar esta estratégia, a Escola de Administração Pública do Amapá (EAP) se utilizou da tecnologia da informação e da comunicação, que oferecem oportunidades para explorar e descobrir novas formas de gestão, para ligar as áreas organizacionais e as pessoas em um intercâmbio de conhecimentos, implantando o Banco de Conhecimento e Habilidades (BCH), uma base de dados responsável por identificação, codificação, e disseminação de conhecimentos e competências adquiridas pelos servidores públicos. Esse mapeamento contribui para detectar as deficiências de formação para o bom desempenho e, em função disso, definir planos de capacitação e treinamento.

O sistema desenvolvido pelo Processamento de Dados do Amapá (Prodap), além de identificar as competências dos servidores públicos, é um instrumento que permite ao governo conhecer objetivamente o potencial dos recursos humanos de que dispõe e, a partir disso, promover seu melhor aproveitamento. O sistema, que tem



armazenado dados relevantes, dos servidores, tanto pessoais quanto profissionais, também foi concebido para disseminar informações corporativas, compartilhando as melhores práticas e tecnologias, e ainda permite a identificação dos ativos do conhecimento que podem nortear as ações e diretrizes de governo no âmbito da administração pública.

Clad

Pessoa certa no lugar certo

Por se tratar de uma ferramenta que contribui diretamente para a construção de uma nova consciência de serviço público, sensibilizando e estimulando o servidor na busca de seu autodesenvolvimento, comprometido com resultados, orientado para trabalhar em equipe, com criatividade, visão estratégica e capacidade analítica, o Banco de Conhecimentos e Habilidades do Governo do Amapá foi apresentado pela Escola de Administração Pública em um pôster no XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento (Clad), realizado entre os dias 27 e 30 de outubro na cidade de



Infraestrutura

O Sistema BCH pode ser acessado pelo portal do Governo do Estado (www.amapa.gov.br), da Secretaria de Estado da Administração (www.sead.ap.gov.br) e da Escola de Administração Pública do Amapá (www.eap.ap.gov.br). Nele, o servidor pode registrar todas as informações sobre sua vida escolar, acadêmica, funcional, experiências profissionais e pessoais, referentes a seus conhecimentos e habilidades. O sistema também possibilita a geração de relatórios que subsidiam a formulação da política de desenvolvimento do servidor, tanto profissional quanto pessoal. Com o mapeamento, o governo do estado pode decidir, por exemplo, pela realocação de servidor de acordo com o perfil profissional (habilidades e competências em áreas específicas) para atender à necessidade de determinados órgãos.

Em funcionamento desde novembro de 2004, o BCH atualmente conta com uma base de 10 mil servidores cadastrados, o que equivale a 46% de todo o funcionalismo do Estado do Amapá. A concepção inovadora agiliza o processo de tomada de decisão da gestão em consonância com os anseios dos servidores, para a constituição do plano de formação e capacitação. O



Gestores de vários países interessados no banco de conhecimentos e habilidades da escola de administração pública do Amapá

objetivo das informações coletadas no BCH é trabalhar, em conjunto com o órgão de atuação do servidor, a elaboração de um programa de formação, visando a prepará-lo para o desempenho eficiente das atividades no serviço público, quer em no seu local de trabalho, quer colaborando em outro órgão público, caso sejam requeridas suas competências e habilidades.

De acordo com a *diretora-presidente da EAP, Maria Goreth Sousa*, a ferramenta tecnológica e gerencial é utilizada para subsidiar diretamente a formulação de políticas de desenvolvimento e de gestão de pessoas no Governo do Amapá. “Com isso estamos fortalecendo o capital intelectual do Estado e melhorando os processos institucionais, sobretudo no compartilhamento de informações, otimização de recursos, informatização de processos, agilidade na comunicação interna e rapidez nas tomadas de decisão”, explica.

Outro ganho importante é que o gerenciamento pautado em competências representa uma mudança cultural em direção a maior senso de responsabilidade e autogestão dos servidores. “Quando se buscam melhores níveis de desempenho, há exigências que se constituem fundamentais, haja vista que fenômenos como globalização e avanços tecnológicos exigem capacitação específica. Procuramos identificar servidores que tenham uma visão de conjunto, preocupados com o bem maior, que é satisfação da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, estejam preocupados também com sua performance individual”, afirma Goreth Sousa.

Salvador (BA), com o tema *Reforma do Estado e Administração Pública*. O encontro, que reúne anualmente países da América Latina, além de Caribe, Espanha, Portugal e organismos multilaterais diversos, tem o objetivo de promover a análise e o intercâmbio de experiências e conhecimentos relativos à administração de recursos públicos.

Na edição deste ano do congresso, houve a participação de cerca de 2 mil pessoas, entre parlamentares, pesquisadores, professores universitários, consultores, instituições especializadas, representantes do governo e líderes sindicais. Ao todo, foram apresentados cerca de 130 painéis e três conferências em plenárias, além das apresentações de pôsteres, publicações, serviços e a premiação dos ganhadores do 22º Concurso do Clad *La Participación de los Ciudadanos en la Gestión Pública*.

“Estamos focados na gestão da qualidade e permanentemente discutindo uma gestão para resultados de desenvolvimento. Por isso, continuamos investindo no capital intelectual de nossos servidores e o Banco de Conhecimentos e Habilidades, que agora foi socializado em um Congresso Internacional, está ratificado como ferramenta estratégica para alcançarmos os planos e as metas de governo”, analisa a diretora-presidente da EAP, Maria Goreth Sousa.

Em outras palavras, o principal objetivo do BCH é criar uma comunidade de talentos de funcionários públicos do Estado do Amapá, auxiliando, assim, na construção de uma gestão pública mais transparente e democrática. É um sistema de gestão de pessoas por competências bem-estruturado, que possibilita às ferramentas de gestão colocar “a pessoa certa no lugar certo”.

Estado sediou maior congresso da história do Clad

Experiência baiana de requalificação do gasto público foi destaque no evento, que reuniu autoridades de 22 países

Assessoria de Comunicação/Saeb

Como melhorar a gestão pública, com maior participação do cidadão na formulação e na implementação de políticas públicas? Este foi um dos pontos em debate durante a maior edição, em número de participantes, do Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad). O evento foi realizado em Salvador, de 27 a 30 de outubro. Mais de 2 mil pessoas, provenientes de 22 países, entre chefes de estado, gestores públicos e outras autoridades, participaram do encontro e debateram temas de alta relevância para o aprimoramento da ação estatal, durante os quatro dias de evento.

Entre os destaques do evento, esteve a experiência baiana de requalificação do gasto público e o combate ao desperdício alcançado pelo Governo do Estado da Bahia, que, em apenas três anos, já requalificou R\$ 393,3 milhões. O programa Compromisso Bahia atua na administração pública do Estado empreendendo ações correicionais e de revisão de contratos, suprimindo irregularidades, como pagamento de demanda de energia elétrica superior ao consumo, compra de serviços de telefonia sem licitação e gastos indevidos na folha de pessoal, incluindo o pagamento de salários a funcionários já falecidos. Em conformidade com a lógica do programa, o valor economizado, desde dezembro de

2007, vem sendo reinvestido em ações focadas no aprimoramento das ações governamentais de serviços ao cidadão. O desafio do governo baiano, até 2010, é economizar cerca de R\$ 490 milhões com o corte de gastos considerados “ruins”.

O evento foi aberto pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, conjuntamente com o governador Jaques Wagner. Para Bernardo, diante da necessidade de enfrentamento das crises financeiras, “o poder regulatório do Estado é fundamental”. O governador Jaques Wagner explicou que o aprimoramento de modelos de administração é uma grande saída para superar crises, acrescentando que a Bahia, com programas como a Agenda Bahia do Trabalho Decente e o Compromisso Bahia, está no caminho do desenvolvimento administrativo. “É motivo de orgulho, para nós, a realização deste evento aqui”.

Debate da alto nível

Em quatro dias de congresso, 600 especialistas nacionais e estrangeiros discutiram, em 135 painéis e 615 palestras, propostas e experiências sobre Reforma do Estado e Administração Pública. Parceria entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Administração (Saeb), e com o Governo



Ministro Paulo Bernardo abre o evento ao lado do governador da Bahia, Jaques Wagner, e outras autoridades

“O Congresso do Clad foi muito importante em três aspectos: pelo sentido acadêmico; sobre como as políticas públicas são efetivamente feitas e para criar rede entre pessoas e países. O Brasil precisa se aproximar mais da América latina”

Fernando Luiz Abrúcio

Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), a XIV edição do Clad trouxe experiências exitosas em curso na administração pública dos países-membros e especialistas renomados para as conferências em plenárias.

“O Congresso Internacional do Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública foi um grande sucesso. Foi o maior Congresso Internacional do Clad até hoje, com mais de 2 mil participantes, e houve nítida melhoria na qualidade dos debates”, afirmou o secretário de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcelo Viana. “Os debates deixaram claro que o grande desafio é adotar medidas voltadas para o incentivo ao desempenho, à produtividade e à geração de resultados, de modo a recuperar a capacidade do Poder Público de aumentar a

eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas”.

Conceito e critérios para o fortalecimento da governança no setor público, propostas para aparelhar o governo e administradores públicos diante das exigências da sociedade do século 21, além de como a nova gestão pública deve ajudar a resolver dilemas entre burocracia e democracia foram temas das principais conferências. “O Congresso do Clad foi muito importante em três aspectos: pelo sentido acadêmico, sobre como as políticas públicas são efetivamente feitas e para criar rede entre pessoas e países. O Brasil precisa se aproximar mais da América Latina”, explicou o professor, pesquisador, coordenador do mestrado e doutorado da Fundação Getúlio Vargas, Fernando Luiz Abrúcio.

Segundo o secretário-geral do Clad, Julio Toco, o congresso não apenas debateu soluções representativas, mas, de forma integrada, propôs descobrir soluções para os principais problemas de desenvolvimento dos governos em seus diversos âmbitos. “A integração entre os governos dos países ibero-americanos é o caminho para a consolidação institucional, o que, consequentemente, protege qualquer nação de uma crise econômica”, afirmou.

Presença Baiana

O Governo do Estado da Bahia participou do congresso, com oito painéis temáticos, sendo três liderados pela Secretaria da Administração: *Novas práticas de gestão para melhoria da qualidade do gasto público*, *Inovações na gestão do capital humano rumo à flexibilização da gestão* e *Ações de valorização do servidor no estado da Bahia*”.

O secretário da Administração, Manoel Vitório, avaliou o Congresso do Clad como importante ferramenta para a gestão estatal. “Este encontro foi fundamental para o avanço da administração pública, pois a troca de experiências tornou o debate enriquecedor. Cada um colaborou com ações de resultado comprovado”, afirmou o secretário.

Foram discutidas, ainda, as ações estaduais na área de custeio (despesas com contas de água, energia elétrica, combustível, manutenção de veículos, serviços postais e viagens); verificação funcional de servidores contratados; ações de valorização do servidor público, como prevenção e promoção da saúde ocupacional, assistência à saúde dos servidores públicos estaduais) e a preparação do servidor para aposentadoria, entre outros temas.

Compromisso Bahia: qualificação do gasto e otimização da máquina pública

Ancorado na filosofia de qualificação do gasto público, a partir do corte de desperdícios e do reinvestimento no social, o Programa Compromisso Bahia foi lançado no final de 2007, com o objetivo de racionalizar e tornar mais eficientes os gastos da máquina pública baiana. O programa congrega ações que encampam revisão de contratos de prestação de serviços terceirizados, com adoção de novas regras para licitações, monitoramento da folha de pessoal e combate ao desperdício nas áreas de custeio. A iniciativa já resultou numa economia total de R\$ 393,3 milhões até agosto de 2009. O desafio é economizar cerca de R\$ 490 milhões com o corte de gastos considerados “ruins” até o final de 2010.

O programa está pautado na qualificação do gasto público nas áreas de licitação, custeio e folha de pessoal. Em licitações, com as medidas adotadas para inibir irregularidades e ampliar a competitividade nos certames, a previsão é de uma economia da ordem de R\$ 220 milhões. Desde a implantação do programa até agosto de 2009 já haviam sido economizados R\$174,9 milhões em contratos de serviços terceirizados. Essa economia decorreu da não renovação de contratos desvantajosos ao erário e da realização de licitações seguindo as novas regras de concorrência pública.

Na área de custeio (despesas com contas de água, energia elétrica, combustível, manutenção de veículos, serviços postais e viagens), a economia esperada é de R\$ 150 milhões. Entre os resultados alcançados com as ações de controle, revisão de contratos e combate ao desperdício entre 2007 até agosto deste ano, vale registrar a economia de R\$ 134,4 milhões.

A ação do Compromisso Bahia nesta área gerou a revisão de contratos de fornecimento de energia elétrica, com a suspensão de pagamentos a energia não consumida e multas de até 300% sobre atrasos na quitação de contas. Só neste item de custeio, a economia anual é da ordem de R\$ 13 milhões. A mesma sistemática de revisão de contratos e efficientização do consumo está sendo empreendida nos gastos dos prédios públicos com água. Espera-se uma redução de até 50% neste consumo após medidas de efficientização do consumo.

No pacote de ações empreendidas pelo programa Compromisso Bahia na área de Recursos Humanos, medidas que incluem desde a verificação de servidores efetivos e contratados via Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) e o recadastramento anual dos beneficiários da Previdência Estadual. De 2007 a setembro deste ano foram economizados R\$ 83,9 milhões com a depuração na folha de pessoal. O objetivo é atingir a economia de R\$122 milhões até 2010.



Neste setor, ações de correção empreendidas pelo governo baiano por intermédio da Secretaria da Administração (SaeB) têm verificado a situação funcional de servidores efetivos, aposentados e em regime especial de contratação. O trabalho envolve o cruzamento de dados com instâncias federal, municipal e de outros estados. Entre os casos já levantados, há suspeição de inconformidade, como servidores recebendo benefícios indevidos, mortos em folha, servidores que acumulam mais de um vínculo em estados diferentes ou os que tiram licença por motivos particulares e não retornam mais a seus postos de trabalho. Até o momento, 5,7 mil casos de inconformidades já foram detectados entre servidores efetivos, que responderão a Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

A verificação é realizada com base na apuração de dados cadastrais e da validação das atividades funcionais de cada servidor. “Para a administração pública é fundamental saber que seus servidores, até mesmo os contratados em regime temporário, estão cumprindo com suas obrigações”, comenta o secretário da Administração Manoel Vitório.

Na Previdência Estadual, mais de R\$ 16,5 milhões foram economizados mediante ações de controle, de 2007 a agosto de 2009. No total, 1.136 benefícios previdenciários foram suspensos. Neste ano, entre as medidas de verificação empreendidas, está o recadastramento dos servidores inativos do Poder Executivo e dos pensionistas do estado. Foram convocados mais de 59,1 mil inativos oriundos de 45 unidades do Executivo Estadual – exceto Polícia Militar (PM).

Os demais Poderes do Estado também iniciaram

campanhas de recadastramento anual dos servidores inativos. Já foram concluídos, com o apoio logístico da Suprev (Superintendência de Previdência), os trabalhos no Tribunal de Contas dos Municípios, na Defensoria Pública, na Assembleia Legislativa e no Ministério Público, onde todos os beneficiários se encontravam em situação regular perante a Previdência Estadual.

Saúde

A qualificação de gastos na gestão da assistência médica dos servidores estaduais, o Planserv, possibilitou ao plano o equilíbrio financeiro necessário para o avanço na prestação do serviço a seus mais de 430 mil beneficiários. Hoje, o Planserv vive um momento ímpar em seus 11 anos de história.

Ao implementar um conjunto de ações voltadas para reduzir custos, gerar equilíbrio financeiro e aplicar os valores retidos em inovações e avanços gerenciais, o Planserv adotou de vez a sistemática de atuação do programa de qualificação do gasto público baiano. A primeira ação empreendida dentro desta lógica de gestão foi o faturamento de medicamentos genéricos em até 80% dos casos em que a substituição seja possível e a implantação de controles de uso de materiais hospitalares, que resultaram numa economia significativa para a saúde financeira do plano. A gestão austera dos recursos e a adoção de política de pagamento em dia e com valores que são constantemente ajustados à realidade do mercado baiano garantem hoje ao beneficiário serviços de qualidade e a cobertura para os mais modernos procedimentos disponíveis.

Rede Estadual de Planejamento

Eficiência e agilidade na execução dos projetos governamentais

Assessoria de Comunicação/Seplag

Para dar maior eficiência ao planejamento e agilidade na execução e avaliação dos programas e projetos do governo, a Secretaria do Planejamento e Gestão está trabalhando na institucionalização da Rede Estadual de Planejamento, lançada em agosto último, durante *workshop* sobre Planejamento e Gestão Governamental. O evento contou com a participação de palestrantes como a economista Tânia Bacelar, o subsecretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ariel Pares, e a secretária de Planejamento de Minas Gerais, Renata Vilhena.

A Rede Estadual de Planejamento é uma estrutura sistêmica, formada pela Seplag e por secretarias de governo, em que serão fortalecidas as áreas responsáveis pela coordenação dos instrumentos de planejamento e o monitoramento de projetos.

A proposta da Rede envolve também a implantação do Sistema de Monitoramento, visando a assegurar o alcance dos resultados dos projetos governamentais no tempo e nos custos estabelecidos, assim como dar suporte à execução dos projetos. A implantação do sistema, pressupõe a estruturação do Escritório de Projetos (EP) em cada secretaria, que dará suporte metodológico às gerências de projetos na aplicação da metodologia de gerenciamento e ao processo de monitoramento.

Para implantação da Rede, foram selecionadas, inicialmente, cinco secretarias: Educação, Infraestrutura, Recursos Hídricos, Turismo e Segurança Pública e Defesa Social, como projetos pilotos, nas quais foram apresentadas a proposta e o cronograma de atividades a ser desenvolvidas. Posteriormente, a experiência será ampliada para os demais órgãos da administração estadual.



No processo de implementação estão sendo desenvolvidas atividades nas secretarias pilotos, referentes à capacitação sobre as Metodologias de Monitoramento e de Gerenciamento de projetos, planejamento e orçamento, ministrada pela Consultoria da Fundação Getúlio Vargas e por Analistas de Planejamento e Orçamento da Seplag.

Participam dos treinamentos os coordenadores de Planejamento e técnicos das secretarias pilotos, bem como os técnicos da Seplag. Após a capacitação inicial, técnicos da Seplag já estão atuando nos Escritórios de Projetos daquelas secretarias, mobilizando recursos e dando suporte técnico às funções de planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos.

A Seplag, como responsável pelo processo de implantação da Rede Estadual de Planejamento, conta com o suporte técnico da Consultoria da Fundação Getúlio Vargas na definição do método de gerenciamento de projetos, nas ferramentas a ser utilizadas e no assessoramento ao processo de estruturação, seleção de pessoal para os EP em cada secretaria, além de sua capacitação nesse instrumental.

Com a implantação e o funcionamento da Rede Estadual de Planejamento, o governo espera promover

melhor integração e articulação do trabalho de suas secretarias, elevar a qualidade dos projetos e acelerar sua execução física/financeira visando a assegurar o alcance dos resultados estratégicos do estado. Na perspectiva da secretária do Planejamento e Gestão, Desirée Mota, a intenção é fazer que os instrumentos estejam interligados: planejamento, orçamento, gestão por resultados e o Monitoramento de Acompanhamento de Projetos Prioritários (MAPP), na busca de elevar a eficiência governamental.

Com a proposta da Rede Estadual de Planejamento, a Seplag decidiu inovar nesse processo, destacando cinco servidores do órgão para atuar diretamente nas secretarias pilotos. Com essa dedicação exclusiva, a Seplag espera fortalecer o processo de implantação, principalmente no acompanhamento e monitoramento. Os servidores escolhidos são analistas de planejamento e orçamento da Seplag, aprovados em concurso realizado em 2005. Todos têm em comum também a motivação para encarar o novo desafio.

Lara Maria Silva Costa está há cinco meses na Seplag, trabalhando na Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Cplog), na célula que acompanha os projetos das secretarias da Segurança Pública Defesa Social (SSPDS) e da Justiça, além da Defensoria Pública. Integrada à Rede de Planejamento, Lara vai atuar na SSPDS. “Fazer parte da Rede de Planejamento é uma oportunidade especial de crescer profissionalmente, pelo aprendizado durante o processo. É um desafio enriquecedor na implantação desta nova metodologia”.

Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará vai fazer parte da Rede de Planejamento na secretaria da Infraestrutura (Seinfra), órgão onde trabalhou por nove anos antes de ingressar na Seplag. “Acho que o fato de ter um pouco de conhecimento da Seinfra contribuiu para a indicação de meu nome”. Cristine presta assessoramento ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf) e encara o novo desafio como oportunidade para adquirir conhecimento, crescer profissionalmente e ajudar no aprimoramento do planejamento e do acompanhamento dos projetos do estado.

“Fazer parte da Rede de Planejamento é uma oportunidade especial de crescer profissionalmente, pelo aprendizado durante o processo. É um desafio enriquecedor na implantação desta nova metodologia”

Lara Maria Silva Costa





ESPÍRITO SANTO



Servidores em
turma de
capacitação
na Eesp

Estado investe em valorização e capacitação do servidor e dá novo rumo para a política de pessoal

Assessoria de Comunicação/Seger

No Espírito Santo, importante Política Pública de Gestão vem sendo implementada para aprimorar a capacidade de prestação de serviços do governo capixaba e, com isso, melhorar a qualidade de vida da população. A política de gestão, no âmbito da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), trata das políticas de pessoal; de eficiência administrativa e do controle do gasto; de tecnologia de informação e comunicação; de parcerias com 3º setor; de novos modelos organizacionais; de qualidade no atendimento à população e de ética pública.

Quanto à política de pessoal, merece destaque a prioridade que vem sendo dada para a valorização e a capacitação do servidor público. A Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Eesp) foi reestruturada, sendo uma das ações essenciais para a profissionalização do servidor. Foi implantado o modelo de capacitação com foco na gestão por resultados e já são quase 40 mil servidores capacitados de 2003 a 2009.

Para entender a prioridade dada à qualificação de pes-

soal no atual governo capixaba, em 2002 foram capacitados, durante todo o ano, 929 servidores. Em 2009, até o mês de outubro, já foram treinados mais de 10 mil servidores públicos, do estado e dos municípios. A eficiência no investimento em capacitação também merece destaque. Em 2002, o custo por servidor treinado era de R\$ 2.931. Atualmente, o valor investido pelo estado para a capacitação de um servidor foi reduzido para R\$ 501,93.

Além de oferecer o curso aos servidores do estado, a Eesp também oferece capacitações gratuitas aos servidores municipais. O secretário de estado de Gestão e Recursos Humanos, Ricardo de Oliveira, coloca “que isso deve a uma razão muito simples: não adianta o Estado crescer sozinho. Estamos todos no mesmo barco e devemos estar todos remando na mesma direção em prol da melhoria do serviço prestado à população capixaba”, disse Oliveira.

Programas específicos foram implementados com foco nos gestores. Um deles é o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), voltado para gerentes e

dirigentes do Estado. O programa tem como base o desenvolvimento de competências, consolidando uma nova cultura da gestão pública. Desde 2007, quando iniciou o programa, 1.018 gerentes, em todos os níveis, foram capacitados. Até o final de 2010 mais 1.172 servidores serão capacitados.

Além disso, foi realizado um curso de pós-graduação em Políticas Públicas de Gestão (2008) e existe mais uma turma em andamento (2009) e outra programada para 2010. Também foi realizado um curso MBA em Gerenciamento de Projetos e mais um será iniciado em 2010.

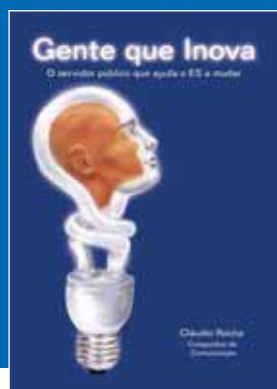
Um grande diferencial da política de capacitação do Espírito Santo é o oferecimento do curso Empretec aos servidores, incentivando a cultura do empreendedorismo no serviço público capixaba. O Espírito Santo é pioneiro

e soberano no País na iniciativa e hoje é a maior organização pública no mundo em número de empreendedores formados pelo curso. De 2006, quando se realizou a primeira turma, até este ano, mais de 2 mil servidores estaduais e municipais passaram pelo Empretec.

A parceria inovadora com o Sebrae, responsável pela aplicação do curso no Brasil, vem mudando o perfil dos servidores do Estado. O objetivo da administração estadual com a oferta do curso é melhorar a capacidade de gestão do serviço público, especialmente das áreas prioritárias: Saúde, Segurança, educação e Justiça; desenvolver características comportamentais do empreendedorismo nos gestores públicos; aumentar o nível de resolutividade dos gestores e alcançar resultados mais eficientes na prestação dos serviços públicos.

O Empretec é um programa de desenvolvimento de competências empreendedoras da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), para o Comércio e Desenvolvimento. É licenciado no Brasil pelo Sebrae e é considerado o melhor treinamento de empreendedorismo do mundo, já tendo capacitado mais de 150 mil pessoas em mais de 25 países.

Para Ricardo de Oliveira, o Espírito Santo se apresenta como um bom exemplo para o Brasil. “Estamos formando uma elite para administrar com qualidade o serviço público capixaba. A capacitação é fundamental para a melhoria da prestação de serviço”, disse. “A nossa escola de serviço público deu um salto de qualidade, deu a volta por cima”, enfatizou.



Histórias de servidores são destaques em livro

Dentro da Política de Pessoal, com foco no reconhecimento e na valorização dos servidores, a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos lançou uma obra inédita para o serviço público capixaba: o livro *Gente que inova: o servidor público que ajuda o ES a mudar*.

O lançamento ocorreu dentro das homenagens ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro. A obra conta histórias de nove servidores que, com suas trajetórias pessoais e profissionais, contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população a partir de suas atitudes empreendedoras. Conforme explica o secretário de Gestão e Recursos Humanos, Ricardo de Oliveira, o livro foi produzido “para homenagear os servidores inovadores e também para divulgar os bons exemplos do serviço público capixaba”.

Para Oliveira, a Política de Recursos Humanos é a mais importante política de gestão, pois a qualidade dos serviços depende basicamente da qualidade e da motivação dessas pessoas. “Por isso realizamos ações de capacitação e de reconhecimento do mérito dos servidores. Nesta área, o governo do estado vai deixar bons legados para a administração pública e para a sociedade”, disse. “Hoje, no Espírito Santo, o servidor sabe que há uma política de governo olhando para ele”, destacou.





Secretário
Ricardo de Oliveira

Fazer “Mais com Menos” já é prática no serviço público estadual

A eficiência administrativa e o controle do gasto é um dos eixos prioritários da política de gestão que vem sendo implementada pela Seger/ES. Desde 2003, medidas de controle foram adotadas e potencializadas, permitindo significativas reduções para os cofres públicos. Considerando apenas as despesas de custeio, a redução nos gastos foi de mais de R\$ 375 milhões, entre 2003 e setembro de 2009.

Com o objetivo de difundir práticas para o combate ao desperdício, otimizar os gastos e aumentar a eficiência do gasto, preservando a qualidade dos serviços, o governo capixaba, por meio da Secretaria de Gestão, implantou em julho deste ano o Mais com Menos – Programa de Controle e Eficiência do Gasto Público.

O Mais com Menos se baseia em quatro diretrizes: controle, ética, transparência e eficiência. Os objetivos são reduzir a despesa de custeio e aumentar o investimento em benefício da população; sensibilizar os servidores; eliminar gastos desnecessários; divulgar boas práticas e estabelecer cultura da responsabilidade e da ética com os gastos públicos.

Uma das determinações do programa é que os órgãos e entidades tenham como meta a redução de 10% das despesas de custeio, como passagens aéreas, diárias, combustíveis, locação de veículos, premiações e patrocínios, energia elétrica, água e telefonia. Para isso, ações de divulgação e sensibilização estão sendo realizadas para mobilizar o servidor.

Além disso, para auxiliar o governo na efetivação do programa, a Seger contratou a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), que está implantando uma sistemática de acompanhamento das despesas, facilitando o controle e, ainda, a implementação de mudanças necessárias para a gestão dos recursos. Será realizado diagnóstico mais aprofundado das despesas, a partir da coleta de dados e, com os números, serão negociadas as metas, serão criados indicadores de acompanhamento e será definido um plano de ação.

Os números já apontam para o resultado positivo das ações do programa. Em junho deste ano a despesa de custeio foi da ordem de R\$ 105,2 milhões. Em setembro, o número caiu para R\$ 73,3 milhões.

Accenture. Orgulho de fazer parte do desenvolvimento de um país que não para de crescer.

©2009 Accenture. Todos os direitos reservados.

Presente no Brasil há mais de três décadas, a Accenture ajuda seus clientes a alcançar alta performance na administração pública, trabalhando da concepção estratégica à execução eficaz.

Nossa rede global, presente em 120 países, dá suporte aos nossos clientes tanto na excelência dos negócios atuais quanto, por exemplo, na internacionalização das multinacionais brasileiras.

Com muito orgulho, trabalhamos lado a lado dos órgãos públicos para o desenvolvimento do nosso país e para a modernização da gestão pública. Uma verdadeira aliança em que todos ganham.

Visite accenture.com.br

• Consultoria • Tecnologia • Outsourcing


High performance. Delivered.

Programa do governo do estado valoriza o servidor público

Assessoria de Comunicação/Seaps

Com uma gestão pública voltada para o cidadão e principalmente com foco no servidor público, o governo Roseana Sarney, por meio da Secretaria de Administração e Previdência Social (Seaps), tem realizado uma série de ações que valorizam o funcionalismo, ao promover o resgate da política salarial, programa de moradia, qualificação, entre outras conquistas.

Até pouco tempo atrás, o servidor público estadual vivia sem perspectivas, desanimado, o que refletia na prestação de serviços à população. Após a governadora Roseana Sarney reassumir o governo, em abril deste ano, o cenário é outro: o servidor se sente mais valorizado, pois resgatou sua autoestima, desenvolvendo habilidades, competências e talentos num ambiente de novas oportunidades e perspectivas.

Esse cenário de mudanças começou a se desenhar a partir do lançamento de um conjunto de medidas que integram o Programa de Valorização do Servidor Público Estadual. O servidor público estadual sentiu de imediato o impacto dessas medidas, uma das quais pôs fim à “Lei do Cão” (política salarial de subsídio implantada de forma equivocada pelo governo anterior). A extinção dessa lei beneficiou diretamente 28 mil servidores do Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo e Operacional (ADO), que passaram a ter os cálculos de suas vantagens e gratificações com base no vencimento.

“A Lei do Cão acabou. A dignidade do servidor público está restabelecida”, disse a governadora Roseana Sarney, que também anunciou outras medidas em benefício do funcionalismo.

A nova política salarial foi mais além e contemplou as demais categorias, como auditores, defensores, policiais militares, bombeiros e o grupo de Atividades de Nível Superior – engenheiros, agrônomos, etc, que tiveram reajuste em seus vencimentos com variação de até 70%.



Programa lançado pela governadora Roseana Sarney beneficia servidor estadual



“Estamos cumprindo cada item Programa de Valorização do Servidor. Com relação ao concurso não poderia ser diferente”

Luciano Moreira

Potencial humano

O Programa de Valorização do Servidor Público, lançado pelo governo do Maranhão, também focou suas ações para a qualificação do potencial humano, que segundo o secretário de Administração e Previdência Social, Luciano Moreira, é o pilar de qualquer estrutura pública ou privada. “Investir em pessoal é assegurar resultados, maior produtividade e qualidade no atendimento”, avaliou Luciano Moreira.

No fortalecimento da política de qualificação, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo Roseana Sarney foi resgatar a Escola de Governo do Maranhão (EGMA), que se encontrava sucateada, em total estado de abandono e precariedade, por falta de comprometimento do governo anterior.

Hoje, a escola foi resgatada e é um dos pilares do Programa de Valorização do Servidor Público Estadual, com um amplo programa de qualificação, que pretende capacitar 20 mil servidores da capital e do interior do estado até 2010. “Já estamos desenvolvendo cursos de capacitação, além de São Luís, nos municípios de Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês, em parceria com o Senac”, disse o secretário de Administração.

Moradia

Outra preocupação da nova gestão estadual foi retomar o programa habitacional que a governadora Roseana Sarney, em seu mandato anterior, desenvolveu, beneficiando mais de 5,5 mil famílias de servidores públicos.

Como parte das ações do Programa de Valorização do Servidor, o governo lançou o Viva Habitar, um programa em parceria com a Caixa Econômica, que viabilizará a construção de 25 mil unidades habitacionais, sendo 15 mil na capital e 10 mil no interior do estado para o funcionalismo público estadual.

Na primeira etapa do Viva Habitar, já em andamento, serão construídos 4.440 imóveis para o servidor, seja ele ativo ou aposentado.

“Além da vertente de contribuir para a redução do déficit habitacional no estado com a realização do sonho da casa própria dos servidores, o Viva Habitar também garante a geração de emprego e renda na construção desses imóveis”, ressaltou Luciano Moreira.

Mais um benefício para o funcionalismo foi a criação do Portal do Servidor, ferramenta que permite ao funcionalismo obter informações de seu interesse, como a emissão de seu contracheque *on line*, e dados sobre sua ficha financeira, histórico funcional, rendimentos do Imposto de Renda, e outros serviços.

Outro item do Programa de Valorização do Servidor cumprido efetivamente pelo governo do Maranhão é a questão do concurso público. Inicialmente foi lançado concurso com a oferta de 5.320 vagas para a contratação de professores para os ensinos fundamental, médio e especial, sob a coordenação da Fundação Carlos Chagas. Nos próximos dias serão anunciados novos seletivos para várias áreas da administração pública estadual. “Estamos cumprindo cada item do Programa de Valorização do Servidor. Com relação ao concurso, não poderia ser diferente”, observou o secretário de Administração.

Aposentados

O segmento de aposentados do Estado, que reúne cerca de 25 mil pessoas, também recebe atenção especial do governo do Maranhão. Uma das principais atividades com foco para esse público é o Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI), que atende mais de 12 mil aposentados no Centro Social do Servidor, no Calhau, por meio da oferta de serviços de assistência médica, social e jurídica e de uma série de atividades, que abrangem oficinas culturais, encontros, caminhadas, dança, hidroginástica e pintura.

Atualmente, o PAI desenvolve também ações na área de saúde que abrangem a realização de mutirões de catarata e do preventivo. A próxima ação será a instalação de cinco academias abertas para os idosos, sendo três no Centro Social e duas na Lagoa da Jansen.

Outra vertente das ações da Secretaria de Administração e Previdência Social (Seaps) voltadas para a população idosa é a Universidade Integrada da Terceira Idade, que além de São Luís, onde funciona no Campus da Universidade Federal do Maranhão, está sendo interiorizada para os municípios de Bacabal e Açailândia, inicialmente.



MATO GROSSO

Imprensa Oficial do estado completa

170 anos como a segunda mais antiga do Brasil

Daniele Danchura - Assessoria/SAD-MT

Há 170 anos era criada no estado a Tipografia Provincial de Mato Grosso, mais precisamente no dia 2 de maio de 1839, pela Lei nº. 10, sancionada pelo presidente da então Província, Estevão Ribeiro de Rezende. Hoje, a Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, mais conhecida como Iomat, é a segunda imprensa oficial mais antiga do país, sendo a primeira do Centro-Oeste, e uma das mais modernas do Brasil.

Para o secretário de Administração, Geraldo de Vitto Jr., participar de um processo histórico de uma instituição como a Iomat é um grande orgulho. “Podemos dizer que fazemos parte da história de Mato Grosso, pois ajudamos esta instituição centenária a se desenvolver tecnologicamente e ser uma das melhores, tornando-se *case* nacional”.

De Vitto lembrou que para a Iomat chegar até onde

está hoje foi preciso quebrar muitos paradigmas, sendo um deles a transformação da autarquia em superintendência. “Muitas pessoas chegaram a acreditar e a pedir a extinção da Iomat, mas, ao contrário, o governo incentivou e investiu na Imprensa Oficial transformando-a no que ela é hoje”.

Primeira mulher à frente da Iomat, a superintendente Regina Márcia Carvalho de Figueiredo ressaltou a importância do governo para a modernização da instituição. “O apoio que nós temos do governo do estado foi fundamental para que a Iomat alcançasse o *status* que tem hoje em âmbito nacional. Somos uma das mais antigas do país e uma das mais modernas. Técnicos de outros estados brasileiros vêm até nós para conhecer nossos sistemas, somos *case* nacional e isso é de um orgulho e uma importância imensa”.

Confira a ordem cronológica de criação das Imprensas Oficiais de todo o Brasil:

1808 Imprensa Nacional	1839 Mato Grosso	1889 Rio Grande do Norte	1890 Espírito Santo	1890 Pará	1891 Minas Gerais	1891 São Paulo
----------------------------------	----------------------------	------------------------------------	-------------------------------	---------------------	-----------------------------	--------------------------



**Secretário de
Administração
Geraldo de Vitto
entrega o livro dos
170 anos da Iomat
ao vice-governador
de Mato Grosso
Silval Barbosa**

Mordernização

Desde 2006, o Governo de Mato Grosso está investindo na modernização da Imprensa Oficial de Mato Grosso (Iomat). Inicialmente, foi implantado o sistema Iomatnet, que disponibilizou o Diário Oficial de Mato Grosso, assim como o Diário de Justiça, na internet, nos formatos html (texto web) e pdf (idêntico a versão impressa).

O sistema Iomatnet foi implantado no dia 23 de junho de 2006. Desde então a Iomat só recebe as matérias para publicação em formato arquivo texto com extensão doc ou rtf, enviadas diretamente pelo sistema *on-line* disponibilizado no site www.iomat.mt.gov.br ou em dis-

quete ou CD, no caso de entrega no balcão de recebimentos, no Centro Político Administrativo.

O novo sistema automatizou a produção e a publicação eletrônica das matérias oficiais. Assim, todo o processo ficou mais ágil. Além de dinamizar o trabalho dos técnicos da administração pública, o sistema IomatNet também proporciona melhoria no serviço oferecido às pessoas que acessam as informações do Diário Oficial pela Internet.

À época, o Diário Oficial ainda não era disponibilizado somente de forma on-line. Ele também era impresso, mas com número reduzido de exemplares: de 1,6 mil para 780. O formato eletrônico também não possuía validade jurídica, já que esta característica pertencia ao impresso.

1892 Amazonas	1893 Paraíba	1894 Sergipe	1905 Maranhão	1912 Bahia	1912 Alagoas	1926 Pernambuco
-------------------------	------------------------	------------------------	-------------------------	----------------------	------------------------	---------------------------

Continua...

Essa situação foi modificada a partir de 3 de março de 2008, quando foi publicado o decreto n.º 1.194, transformando o Diário Oficial do Estado em Diário Oficial Eletrônico e tornando-o o meio oficial de publicações dos atos administrativos legais do Estado de Mato Grosso, com certificação digital, dando legitimidade e autenticidade ao conteúdo publicado.

A informatização do Diário Oficial trouxe economia não só para o Estado, mas também para os usuários deste, já que o acesso tornou-se gratuito e seguro. As informações para ser publicadas também são enviadas eletronicamente, economizando assim gasto com combustível e com papel.

Falando em papel, o governo do estado economizou aproximadamente R\$ 2 milhões anuais que eram gastos com a compra de papel para impressão do Diário Oficial. Além disso, também se economizou nos gastos com matérias-primas como cera, benzina e fita adesiva utilizadas no processo manual e também no tempo de produção e diagramação.

O tempo de diagramação, que antes era de 12 horas, passou para 5 horas em 2006 com o início da informatização e, atualmente, é de aproximadamente 1h30.

Mas a modernização da Iomat não se deu apenas por meio do sistema Iomatnet e do Diário Oficial Eletrônico. Em 2006, o Governo do Estado adquiriu maquinário moderno com o objetivo de ampliar a gama de serviços oferecidos pela gráfica da Imprensa Oficial.

Neste ano de 2009, em um complemento desse processo e em comemoração aos 170 anos da instituição, a Iomat ganhou sua nova sede, onde as máquinas foram instaladas, criando um parque gráfico funcional, moderno e arrojado, em 1.670 m², no Complexo SAD, no bairro Carumbé.

O Complexo SAD é de propriedade do governo do estado e no local já funcionam dois anexos da Secretaria de Estado Administração: um anexo da Superintendência do Arquivo Público e outro da Superintendência de Patrimônio e Serviços.

De acordo com De Vitto, a pretensão do governo do estado com instalação da Iomat em outro lugar é de um crescimento de aproximadamente 30% na produção, em função das instalações de novos equipamentos modernos.



Regina Figueiredo, primeira superintendente mulher da Iomat, carimba o selo oficial lançado pelos Correios e pelo Governo de Mato Grosso

Selo

Durante a entrega da nova sede da Iomat, o governo do estado, em conjunto com os Correios, lançou um selo comemorativo aos 170 anos da Imprensa Oficial de Mato Grosso. O selo recebeu o carimbo de primeiro dia de circulação pelas mãos do vice-governador, Silval Barbosa, do secretário de Administração Geraldo de Vitto, do vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa Oficial (Abio) e diretor-presidente do Departamento Gráfico de Sergipe, Luiz Eduardo Oliva e da superintendente da Iomat, Regina Márcia Carvalho de Figueiredo, conduzidos pelo diretor-adjunto dos Correios em Mato Grosso, Dilton Correa.

Livro

Também foi realizado o lançamento simbólico do livro *Imprensa Oficial de Mato Grosso – 170 anos de História*, do jornalista Pedro Rocha Jucá. O lançamento também faz parte das comemorações dos 170 anos da Iomat. A publicação, encomendada pelo Governo do Estado, foi feita pelo selo Edições Aroe.

Continuação da ordem cronológica de criação das Imprensa Oficiais de todo o Brasil:

1928 Ceará	1933 Rio Grande do Sul	1934 Santa Catarina	1944 Roraima	1945 Amapá	1946 Paraná	1962 Goiás
----------------------	----------------------------------	-------------------------------	------------------------	----------------------	-----------------------	----------------------



História

A Tipografia Provincial foi criada para imprimir o jornal oficial *Themis Mattogrossense*, que passou a circular em 14 de agosto de 1839, primeiro jornal de Mato Grosso, impresso em papel almaço, com duas colunas largas que se distribuíam no pequeno espaço de 31 centímetros de altura por 21 centímetros de largura. O jornal circulava apenas às quartas-feiras e se destinava à publicação de atos oficiais, para tornar público o que era realizado pela administração da Província.

A assinatura custava 800 réis por trimestre e um exemplar avulso era vendido a 80 réis. Até então, os atos oficiais de Mato Grosso eram publicados no jornal *A Matutina Meyapontense*, do arraial de Meyaponte, em Goiás e em jornais particulares de Cuiabá até 1890.

A Imprensa Oficial em Mato Grosso ressurgiu com o advento da República, depois de um lapso de quase 42 anos, com a publicação da *Gazeta Oficial do Estado de*

Matto Grosso, que circulou pela primeira vez no dia 8 de maio de 1890.

Já em 1937, o interventor Julio Muller modernizou a Tipografia que passou a ser denominada Imprensa Oficial do Estado. A partir de 8 de janeiro de 1938, o órgão oficial do governo estadual passou a se chamar *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, por iniciativa do seu diretor na época, o jornalista Archimedes Pereira Lima.

No ano de 1977, o governador José Garcia Neto transformou a Iomat em autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Administração (SAD).

Em 11 de outubro de 2005, por meio da Lei n.º 8.373, a Iomat deixou de ser uma autarquia para se tornar superintendência da Secretaria de Estado de Administração (SAD). A medida foi tomada pelo governo do estado como parte de uma reorganização de áreas sistêmicas nos órgãos públicos estaduais, com o objetivo de reduzir a burocracia, para melhorar a eficiência e reduzir custos. Esse foi o início da reforma administrativa no Estado.

1963 Gráfica do Senado Federal	1969 Piauí	1979 Mato Grosso do Sul	1981 Rondônia	1982 Campinas (SP)	1969 Tocantins	1992 Rio de Janeiro (município)
--	----------------------	-----------------------------------	-------------------------	------------------------------	--------------------------	---



MINAS GERAIS

Omar Freire/Imprensa MG

A Cidade Administrativa, a ser inaugurada em janeiro de 2010, representará economia de R\$ 85 milhões ao ano para o Tesouro do estado

Assessoria de Comunicação/Seplag

Elaborado no início do Governo Aécio Neves, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PDMI) 2003-2020 apresentava como um de seus dez objetivos prioritários o estabelecimento de “um novo modo de operação do Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública, por meio de um efetivo Choque de Gestão”.

Para alcançar esse objetivo, três projetos estruturadores deveriam ser implementados: Choque de Gestão; Pessoas, Qualidade e Inovação na Administração Pública; Modernização da Receita; Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais.

Ao longo dos primeiros anos de governo, foram postas em prática diversas medidas associadas às duas primeiras iniciativas, como o enxugamento da máquina administrativa e a definição de metas para a arrecadação fiscal, além da instituição de um modelo de gestão baseado em resultados, o qual traz maior objetividade às ações governamentais, ao mesmo tempo que incentiva o aumento de produtividade dos servidores públicos, por meio do pagamento de prêmio por resultados alcançados.



O terceiro pilar do choque de gestão



Tais medidas permitiram a Minas Gerais alcançar o equilíbrio em suas contas públicas, contar com um aumento na arrecadação de ICMS e no PIB acima da média dos demais estados brasileiros, além de diversos resultados positivos no âmbito social, citando-se como exemplo a quase totalidade de cobertura dos municípios mineiros para o serviço de atendimento médico domiciliar.

Em 2007, o PDMI foi atualizado, estendendo seu horizonte até 2023. Nessa nova leitura da visão de futuro para o estado de Minas Gerais, definiu-se o conceito da

chamada “segunda geração” do Choque de Gestão, cuja ideia central é produzir benefícios concretos para a sociedade, a partir da aquisição do compromisso coletivo e permanente com a qualidade do gasto público, isto é, do binômio qualidade fiscal e gestão inovadora e eficiente.

Em outras palavras, o objetivo é gastar menos com o governo, para gastar mais com as pessoas.

Para tanto, um dos elementos centrais da estratégia traçada seria a efetivação do terceiro pilar traçado para o Choque de Gestão, em 2003: a construção do Centro

Administrativo do Governo de Minas Gerais, o qual deverá abrigar o eixo central da Administração Pública estadual.

Atualmente denominado “Cidade Administrativa”, pela população de cerca de 20 mil pessoas que circularão pelo complexo diariamente, o empreendimento teve sua construção iniciada em dezembro de 2007, com o aporte de recursos da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), empresa de economia mista que não fez uso de recursos do Tesouro para construção da obra.

Por outro lado, comparando-se o custo atual de serviços utilizados pelo governo com o custo na Cidade Administrativa, estima-se que a economia para os cofres públicos será de cerca de R\$85 milhões por ano, em itens como aluguel de imóveis, gastos com telefonia e transporte entre secretarias. Esse montante, por sua vez, poderá ser aplicado em áreas como educação, saúde e segurança, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do Estado como um todo, e confirmando o acerto da opção pela centralização como alavanca para o Choque de Gestão sobre a Administração Pública.

Além de proporcionar maior eficiência e economia, a Cidade Administrativa também representará um elemento de indução de crescimento de uma importante região de Minas Gerais: o Vetor Norte de Belo Horizonte, o qual apresenta atualmente baixos índices de desenvolvimento econômico e social.

Com área total de 804 mil metros quadrados, o novo complexo administrativo está sendo erguido nessa



região, às margens da Linha Verde, via expressa que liga o Aeroporto Tancredo Neves, em Confins, ao centro de Belo Horizonte. A expectativa do governo do estado é ter a Cidade Administrativa como um polo de atração para novas oportunidades de investimentos privados no Vetor Norte, possibilitando a geração de emprego e renda, além do crescimento mais ágil e ordenado da região.

Se analisado o histórico de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, pode-se afirmar que a expansão proporcionada pela Cidade Administrativa representa, de fato, um complemento ao projeto desenvolvido por Juscelino Kubitschek, há setenta anos, de mudança do eixo de desenvolvimento da capital mineira para o norte, por meio de ocupação da região da Pampulha.

Com a nova sede da administração estadual, o atual governo complementa esse projeto, também reforçado por outras iniciativas já implementadas, como a ampliação do Aeroporto Tancredo Neves, e a construção da já mencionada Linha Verde.

As iniciativas e os componentes do planejamento da Cidade Administrativa aqui descritos mostram que ela não é uma obra isolada, mas sim elemento importante do desenvolvimento planejado de Minas Gerais, da promoção de um estado mais eficiente e de evolução da estrutura oferecida aos servidores públicos. Estrutura essa que, nos últimos seis anos, vem sendo reorganizada e melhorada, por meio de medidas como reformulação das diretrizes de carreiras, reforço do plano de formação e capacitação continuada, além da instituição do Prêmio por Produtividade, o qual beneficiou, pelo segundo ano consecutivo, mais de 300 mil servidores públicos, totalizando R\$ 318 milhões em bônus salariais.

“Por sua importância socioeconômica, pelos benefícios que trará aos servidores públicos e a Minas Gerais como um todo, a partir da economia de R\$ 85 milhões anuais em gastos com o governo, a Cidade Administrativa é mais um elemento da gestão inovadora e eficiente implementada por essa administração, desde 2003”, diz Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.



eConsig. A solução em consignações.

Flexível e transparente, ágil e seguro, simples e inovador. Assim é o eConsig, o Sistema Digital de Consignações da Zetrasoft. Presente em mais de 14 estados brasileiros com mais de 2,5 milhões de servidores públicos atendidos. Além de modernizar e organizar o processo operacional de consignações, trabalha de acordo com a sua demanda, contemplando todo tipo de desconto facultativo. Conheça o eConsig. Seja qual for o desafio, ele consegue resolver.



(31) 3194 7700 / (31) 3261 2452
Rua Pernambuco, 1077 – 7º andar
CEP 30130-151 – Funcionários – BH/MG
econsig@zetrasoft.com.br

Encontro de Servidores: circuito mobiliza 15 mil funcionários

Promovido pelo Governo do Paraná, por meio de sua Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o Encontro Paranaense de Servidores Estaduais percorreu 20 municípios – Curitiba, um no litoral e outros 18 no interior. Houve a integração também com funcionários públicos municipais.

Texto: Assessoria de Imprensa Seap

Fotos: Secretaria de Estado da Comunicação Social

Uma verdadeira caravana levando informação, dados e motivação aos funcionários públicos estaduais da capital e, principalmente, do interior e do litoral do Paraná. Assim se pode sintetizar a primeira edição do Encontro Paranaense de Servidores, promovido pela Escola de Governo, rede de capacitação profissional e desenvolvimento pessoal que tem sua Gerência Executiva vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap).

Em pouco menos de dois meses – do início de setembro ao final de outubro – o circuito de encontros percorreu 20 municípios. Reuniu, ao todo, cerca de 15 mil trabalhadores da administração pública – a maior parte servidores estaduais, mas em quase todas as edições havia a presença de servidores municipais também. Afinal, seja qual for a esfera de atuação, todos têm uma missão em comum: fazer que os serviços cheguem à população com eficiência, com qualidade.

A secretária Maria Marta Renner Weber Lunardon acompanhou ao vivo metade das 20 etapas do circuito. Na avaliação dela, o evento superou as expectativas. Em todos o número de vagas foi preenchido; em boa parte deles, o número de participantes, inclusive, ultrapassou o total estimado por edição.

“A adesão a essa iniciativa de confraternização, integração e troca de experiências foi plena, numa grande demonstração de mobilização, de motivação, de interesse por ações como essa. O servidor está se identificando como responsável, na condição de elo entre o poder públi-



co e a sociedade, por suprir as necessidades, as demandas da população”, salienta Maria Marta.

Impressão semelhante é a do vice-governador, Orlando Pessuti, que participou de três etapas – as de Maringá, Paranaíba e Ponta Grossa (esta, a que marcou o encerramento do circuito pelo interior do estado). Ao abrir as três edições do evento, o vice-governador fez questão de ressaltar aos funcionários que a competência dos técnicos e profissionais dos quadros do Poder Executivo é imprescindível para que os programas de governo possam ser implantados e, mais do que isso, obtenham os resultados esperados.

“Sem servidores bem remunerados, qualificados profissionalmente e motivados, nós não executaríamos nossas propostas e nossas ideias; enfim, não executaríamos com êxito as ações de governo que vão ao encontro do desenvolvimento do Paraná”, diz Pessuti.

Secretária apresenta panorama da gestão pública

Nas etapas do Encontro Paranaense de Servidores Estaduais das quais participou, a secretária da Administração e da Previdência do Paraná, Maria Marta Renner Weber Lunardon, procurou levar ao conjunto do funcionalismo um resumo do que vem sendo feito de diagnóstico e de proposições sobre a gestão pública no Brasil. Vice-presidente do Consad, Maria Marta participa dos fóruns do Conselho e de outros eventos relacionados.

“O resgate do papel do Estado brasileiro, depois de seu enxugamento decorrente das políticas neoliberais dos anos 90 e, mais recentemente, a crise global que tem exigido intervenção maior do poder público impõem aos que fazem a máquina estatal funcionar – os servidores – a necessidade de novas percepções e desafios”.

“É consenso, entre os gestores públicos com os quais tenho convivido no Consad, por exemplo, a relevância de se investir na administração pública não apenas para melhorar as práticas burocráticas, mas sim pela importância de se ater a um objetivo maior: a de que essas práticas devem ter como foco, sempre, a melhora da qualidade dos serviços que são oferecidos ao cidadão.”

Programação inclui manifestações artísticas

As 20 etapas do I Encontro Paranaense de Servidores Públicos Estaduais contaram também com apresentações artísticas – música, encenações teatrais –, boa parte delas feitas pelos próprios servidores públicos estaduais. A programação variou de etapa para etapa, mas entre os pontos comuns em cada uma deles houve as seguintes palestras:

■ Com Sônia Schober, diretora do Departamento de Recursos Humanos (DRH), da Secretaria da Administração e da Previdência: explicou as ações na área de gestão de pessoas desenvolvidas pelo Governo do Paraná, aos quadros da administração direta e autárquica do Poder Executivo.

■ Ruth Aparecida Favorin Martins, diretora de Desenvolvimento Humano da Diretoria de Relações com Investidores da Sanepar: falou da formação e das relações interpessoais dos servidores públicos. Abordou aspectos motivacionais.

■ Padre Valter Pegorer, diretor de Relações com Investidores da Sanepar: levou a palestra “O servidor e o sonho do povo: facilitando a atuação profissional da equipe de servidores públicos de cada órgão estadual da região”, na qual enfatizou o papel que o funcionário público tem para o sucesso das políticas públicas.

Municípios por onde o encontro passou

2/09 – Guarapuava

3/09 – Laranjeiras do Sul

16/09 – Campo Mourão

17/09 – Cascavel

18/09 – Foz do Iguaçu

23/09 – Jacarezinho

24/09 – Apucarana

25/09 – Londrina

30/09 – Umuarama

1º/10 – Paranavaí

5/10 – Maringá

7/10 – União da Vitória

8/10 – Francisco Beltrão

9/10 – Pato Branco

14/10 – Cornélio Procopio

20/10 – Lapa

21/10 – Irati

22/10 – Paranaguá

23/10 – Ponta Grossa

28/10 – Curitiba

Mais Informações:

www.escoladegoverno.pr.gov.br
www.agenciadenoticias.pr.gov.br



PERNAMBUCO



Estado consolida modelo integrado de gestão

Gerência de Comunicação/SAD

Uma gestão moderna com foco no controle das despesas, no estabelecimento de metas de trabalho, no planejamento objetivando resultados, na geração de emprego e renda e na prestação de serviço de qualidade aos pernambucanos. Foi com essa premissa que o governador Eduardo Campos implantou em 2007 o programa Todos por Pernambuco, que tornou a máquina pública mais eficiente.

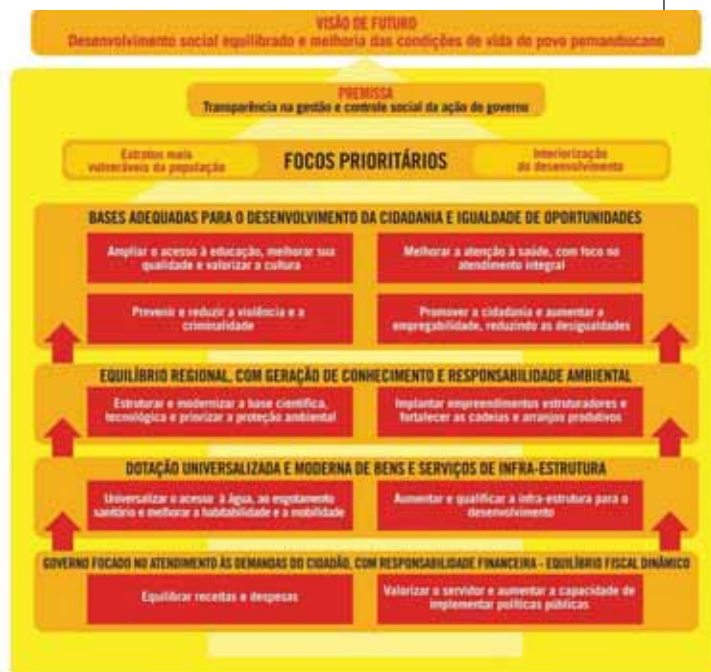
O programa estabelece o Mapa da Estratégia do Governo, composto por dez objetivos estratégicos que se desdobram em mais de 400 ações. O mapa detalha metas prioritárias, indicadores, responsáveis, prazos, encaminhamentos e planos operativos, tudo monitorado pelo próprio governador, que se reúne semanalmente com os secretários e responsáveis pelo objetivo a ser analisado para fazer um balanço das ações.

Para consolidar esse processo, foi preciso construir um sistema de indicadores capaz de fornecer uma visão do grau de alcance das metas definidas e do impacto da atuação do governo nas condições de vida da população. Assim, o Governo de Pernambuco está implantando nova sistemática que permite estruturar um conjunto

integrado e articulado, denominado Modelo Integrado de Gestão.

“Esse modelo é baseado em resultados e utiliza técnicas consagradas nos setores público e privado. Ele responsabiliza os agentes por planejar e executar as políticas públicas, avaliando seus resultados por todo o processo”, explica o secretário de Administração de Pernambuco, Paulo Câmara, que integra o Núcleo de Gestão, responsável pelo acompanhamento do modelo. Os planos consideram a realidade em que serão cumpridos e a execução deve seguir o planejado. “Eles devem ser elaborados por quem tem a responsabilidade pela execução e são continuamente revisados, com base na avaliação de sua aplicação”, completa.

O novo modelo é composto de quatro sistemas: Controle Social; Planejamento e Gestão; Gestão Administrativa e Controle Interno. Cabe ao Sistema de Controle Social a atribuição de coordenar, articular e mediar as relações do Governo na implementação das políticas públicas com os diferentes setores da sociedade. É dele também a responsabilidade de garantir os espaços formais de interlocução com a sociedade e disponibilizar



canais de divulgação, atendimento presencial e remoto ao cidadão, viabilizando a transparência das ações.

Os Sistemas de Planejamento, Gestão Administrativa e de Controle Interno articulam as bases internas do Modelo Integrado de Gestão, coordenando os processos relacionados com a operacionalização das atividades-meio que viabilizam os resultados finais voltados à sociedade. A estruturação de cada sistema está proposta no formato de equipes em rede, com uma estrutura central responsável pela coordenação, padronização e controle, relacionando-se com as estruturas setoriais de suporte às atividades-fim.

O Sistema de Controle Interno permite a melhoria constante na aplicação dos recursos disponíveis, potencializando as oportunidades. Dessa forma, os processos são otimizados e os controles, fortalecidos. O Sistema de Planejamento e Gestão proporciona a visão estratégica, baseada em indicadores, para conceber as políticas públicas e melhorá-las com a avaliação permanente. Já o sistema de Gestão Administrativa viabiliza a atuação mais eficiente dos órgãos da administração direta no que diz respeito a compras, licitações, contratos, patrimônio e política de pessoal.

“Esse modelo é baseado em resultados e utiliza técnicas consagradas nos setores público e privado. Ele responsabiliza os agentes por planejar e executar as políticas públicas, avaliando seus resultados por todo o processo”

Paulo Câmara

Governo cria cargos de gestor público

Para consolidar esse Modelo Integrado de Gestão, o Governo de Pernambuco criou no quadro permanente de pessoal as carreiras de Analista de Gestão Administrativa, Analista de Planejamento e Gestão e Analista de Controle Interno, com o total de 700 vagas.

“A criação dessas carreiras segue os princípios mais modernos de gestão, tendo o desempenho individual e coletivo como fator determinante para a remuneração e para a progressão funcional”, explica o secretário Paulo Câmara. A remuneração, com vistas a promover a meritocracia e, por consequência, os resultados do governo em oferecer melhores condições de vida para a população, é composta do vencimento base e de uma parcela variável baseada em desempenho.

Uma parcela desses profissionais atuará na unidade central do sistema – secretarias de Administração, de Planejamento e da Controladoria – e os demais em outras secretarias, sendo as áreas de educação, saúde e segurança as que receberão o maior número de profissionais. Independentemente de onde estejam lotados, os profissionais terão um padrão de trabalho único em cada carreira e farão uso das mesmas metodologias e ferramentas para que os sistemas funcionem de forma padronizada.

Aos analistas de Gestão Administrativa caberá, entre outras atribuições, coordenar e executar atividades de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas administrativas; a supervisão, a coordenação e a execução de trabalhos especializados e aqueles referentes ao suporte de gerenciamento da

Equilibrar receitas e despesas e valorizar o servidor



Entre os dez objetivos estratégicos, dois contam com a atuação direta da Secretaria de Administração do Estado: equilibrar receitas e despesas e valorizar o servidor. Quanto ao primeiro o foco de atuação tem sido gastar corretamente e com responsabilidade, superando o desafio de racionalizar os gastos sem prejuízo à população. Nesse cenário, a secretaria tem papel fundamental com a implantação de projetos que contribuem para a melhoria do gasto público.

Ao adotar a padronização na contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial, vigilância, limpeza hospitalar e portaria, o objetivo foi racionalizar as despesas e, ao mesmo tempo, garantir uma metodologia padrão. O diferencial é o pagamento por metro quadrado para o serviço de limpeza já em relação aos serviços de vigilância e portaria, a padroniza-

ção é a partir da utilização do referido “posto de trabalho”. A iniciativa rende excelentes economias.

As licitações na modalidade Registro de Preços também resultam na diminuição dos gastos, a exemplo dos contratos corporativos de telefonia móvel, fornecimento de combustível, material de expediente e locação de veículos. Para se ter uma ideia, o contrato de gerenciamento do abastecimento de veículos envolvendo, além da aquisição de combustíveis, a implantação e a operação de um sistema de gestão informatizado, reduziu significativamente os gastos com esse item. Afora o preço diferenciado do litro do combustível, ainda se fixou uma taxa de administração bem inferior ao antigo contrato.

Outros destaques são as licitações realizadas para as contratações do serviço de telefonia móvel que conse-

administração pública estadual. Além disso, esses profissionais farão a análise de processos e emissão de pareceres, relatórios e projetos em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes à área de especialização, fundamentados técnica e legalmente, com fins de orientar decisões.

Já os analistas de Planejamento, Orçamento e Gestão deverão coordenar e executar as atividades de desenvolvimento de modelos, concepções, processos

e instrumentos de planejamento de políticas e gestão pública; orçamento e gestão governamental, além de elaborar estudos, diagnósticos e proposições para o desenvolvimento das atividades integrantes dos processos de planejamento e avaliação de políticas públicas e gestão governamental.

Por fim, caberá aos analistas de Controle Interno, entre outras, as seguintes atribuições: coordenar e executar as atividades de fiscalização de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que recebam, mantenham guarda ou façam uso de valores e de bens do Estado ou, ainda, que firmem contrato oneroso, de qualquer espécie, com garantia do estado de Pernambuco.

Eles também farão a verificação do cumprimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e de outros atos de que resulte o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações do Estado, e de sua conformidade com as normas e os princípios administrativos.

“A criação dessas carreiras segue os princípios mais modernos de gestão, tendo o desempenho individual e o coletivo como fator determinante para a remuneração e para a progressão funcional”

■ ■ ■

“Os servidores estão recebendo total atenção do governo que está empenhado em resgatar sua auto-estima e valorizar sua carreira”

Paulo Câmara

guiu um valor 54% menor ao inicialmente estimado e de locação de veículos que reduziu 40%.

Bons resultados também são alcançados na realização de pregões eletrônicos, por meio do Portal Rede Compras. Em 2008, a ferramenta garantiu uma economia de mais de R\$ 200 milhões, uma redução de 43,78% do valor estimado. Para Paulo Câmara, o bom resultado é fruto da política focada na qualidade do gasto público. “Não estamos apenas economizando, mas gastando bem”, diz.

Já em relação à valorização do servidor, foi instituída uma nova forma de relacionamento com o funcionalismo, mantendo um diálogo franco com as categorias. “Os servidores estão recebendo total atenção do governo, que está empenhado em resgatar sua autoestima e em valorizar sua carreira”, explica o secretário.

Os exemplos são muitos. A divulgação antecipada do calendário de pagamento semestral foi uma importante iniciativa, pois oferece a tranquilidade do planejamento orçamentário. A tabela está organizada em apenas cinco dias e a folha é paga totalmente no mês de competência.

A instalação da Mesa Geral de Negociação Permanente também atende a um antigo pleito do funcionalismo. Ela promove a participação dos servidores, por meio de seus representantes, no planejamento e na execução de ações voltadas para o aperfeiçoamento e a qualificação profissional. Nos encontros, realizados uma vez por mês, ainda são discutidos assuntos relativos à implantação dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCVs), além de negociadas as campanhas salariais.

Os reajustes concedidos, fruto das negociações da mesa, trouxeram ganhos reais para o servidor, comprovados tanto no vencimento-base quanto na média salarial das mais diversas categorias. Os dados também apontam um número que demonstra que o governo está no caminho certo quanto a sua política de pessoal. Em janeiro de 2007, o governo assumiu com o total de 16.609 servidores ganhando abono salarial. Hoje esse número caiu para 3.508.

E os investimentos continuam. A Secretaria de Administração está tocando dois projetos de grande impacto para o servidor. O primeiro é a Central de Atendimento, que reunirá em um mesmo local vários serviços voltados ao funcionalismo que não precisará mais se deslocar para vários lugares para resolver qualquer assunto. O segundo é a inauguração do Centro de Formação, que terá sede própria e capacidade de treinar até 400 servidores, simultaneamente.



PIAÚÍ



Volta à sala de aula

Servidores que deixaram de estudar têm a oportunidade de retornar, à sala de aula e no próprio local de trabalho

Geneide Santos/Ascom-Sead

Já pensou em poder assistir aula no próprio local de trabalho? Pois no Piauí muitos servidores têm esse privilégio. É que em 2004, com a criação da Escola de Governo, subordinada à Secretaria da Administração, o governo do Estado fez uma pesquisa para saber o grau de instrução dos servidores e constatou que muitos haviam parado antes de concluir o ensino fundamental ou médio e outros não sabiam ler ou escrever. E para acabar com o problema foi criado o programa Elevação da Escolaridade, em que as aulas são ministradas no próprio local de trabalho. São turmas na Secretaria da Administração e no Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemopi) com pessoas que há mais de 20 anos estavam fora da sala de aula.

O Programa Elevação da Escolaridade funciona em etapas, com o servidor podendo concluir duas séries a cada ano. Começou com turmas de alfabetização, pois alguns nunca haviam frequentado uma sala de aula, por diversos motivos. Como é o caso de Maria Rodrigues Carvalho de Sousa, que morava no interior do

Piauí e não teve oportunidade de estudar. Em 2004, com a criação do programa, resolveu aprender a ler e escrever e atualmente está cursando a 7ª e a 8ª séries do ensino fundamental no próprio local de trabalho, a Secretaria da Administração do Estado do Piauí. Aprender a ler e a escrever mudou a vida da auxiliar de serviços gerais, que pretende continuar estudando e chegar à Universidade. Ela conta com o apoio da família. “Meus filhos me apoiam e minha neta me ensina as tarefas.” A auxiliar conta que, após começar a estudar, mudou o comportamento em relação aos colegas de trabalho. “Antes não tinha paciência e era muito preocupada,” revela Maria Rodrigues que há 26 anos é servidora pública estadual.

Outra que também começou na alfabetização é Francisca das Chagas Matos, 57 anos, a dona Bela, auxiliar de serviços gerais há 25 anos. Ela quer continuar estudando e se formar em Pedagogia. “Só é alguém na vida quem estuda.” Atualmente ela cursa a 7ª e a 8ª séries do ensino fundamental na Secretaria da Administração, onde trabalha, e não estudou por falta de oportu-



“ Meus filhos me apoiam e minha neta me ensina as tarefas”
Maria Rodrigues Carvalho de Sousa

“Antes não sabia sequer falar com as pessoas”

Francisco Ferreira Silva

nidade. Dona Bela diz que gosta de assistir às aulas, pois ajudam a esquecer os problemas e, além disso, recebe apoio dos professores, o que tem ajudado a desenvolver melhor suas atividades no trabalho. Ela conta que as aulas no próprio local de trabalho foram essenciais para começar a estudar, pois seria difícil, após uma jornada de trabalho, encarar uma escola no bairro.

Aos 69 anos, Francisco Ferreira Silva, seu Chagas, como é mais conhecido, está concluindo o ensino fundamental e não quer parar, quer concluir o ensino médio e chegar à Universidade. Ele deixou de estudar na primeira série, há mais de 20 anos. “Era mal alfabetizado,” revela o auxiliar de serviços gerais que há 21 anos está no serviço público. Seu Chagas gosta de fazer novas amizades e para ele “foi Deus que colocou esse colégio aqui dentro, pois antes ou estudava ou trabalhava. Agora, aqui a gente trabalha e estuda.” Para o auxiliar de serviços gerais da Secretaria da Administração, o Programa é uma boa oportunidade para quem tem interesse e gosta de estudar e vem ajudando a mudar o comportamento no trabalho e com os colegas. “Antes não sabia sequer falar com as pessoas”.

Alguns servidores já concluíram o ensino fundamental e estão no ensino médio, como o caso de Maria de Lourdes Pereira Campos que está no terceiro ano e ficou mais de 20 anos sem estudar. Havia parado no 3º ano do antigo primário. Hoje assiste aula à noite em um colégio no bairro em que mora na capital, Teresina. “Não perco



uma aula, mas no início foi difícil.” No próximo ano vai fazer vestibular para o curso de Medicina Veterinária, por gostar de animais e cuidar dos cães que perambulam pelo cemitério, em que ela cuida de sepulturas no período da tarde, quando sai da Coordenadoria de Licitações e Contratos do Estado. Maria de Lourdes é uma incentivadora dos jovens que estudam com ela. “Falo de meu exemplo, que não tive oportunidade de estudar na juventude e digo para eles que têm de estudar pensando no mercado de trabalho.”

O maior número de servidores que já concluiu o ensino fundamental é dos hospitais Getúlio Vargas, Infantil Lucídio Portela e Hemopi, 120, mas no total já passa de 200 servidores que já terminaram o ensino fundamental. Um deles é Sebastião Pereira da Silva, que quer se formar em um curso da área de saúde. Ele reiniciou os estudos a partir da 5ª série, após 20 anos. “É preciso que você se desenvolva nos estudos para ter mais conhecimento”. Sebastião Pereira conta que sem o “Elevação”, como eles chamam o programa, não teria continuado a estudar, devido à dificuldade em conciliar trabalho e estudo. E ele, juntamente com um grupo que já concluiu o ensino fundamental, pede que seja implantado, dentro do Programa Elevação da Escolaridade, o ensino médio, ou seja, nos locais de trabalho dos servidores. “Ficou uma ponte no meio,” comenta Jeane Demes da Silva Carvalho, aluna do 2º ano, sobre a falta do ensino médio no Programa, já que o governo ofere-



Servidores de hospitais públicos do P11



Sala de aula na Secretaria da Administração do estado

ce os Cursinhos Populares para servidores que disputam vaga em Faculdades e Universidades. O Programa funciona no segundo semestre do ano e tem turmas na Sead e no Hemopi, que já proporcionou a chance de 45 servidores chegarem à Universidades e Faculdades.

Raimundo Oliveira Mesquita, servidor do Hemopi, só sabia escrever o nome e este ano termina o ensino fundamental. E conta que, por não saber ler, pegava ônibus errado e não sabia sacar o dinheiro, era uma pessoa muito dependente. “Agora não dependo tanto de outras pessoas”. Maria Amélia Rocha Pereira Ferreira, servidora do Hemopi, que começou na Alfabetização e está no ensino médio, revela que tinha vergonha de conversar com as pessoas por falar errado, mas isso mudou e hoje se sente mais confiante, “mais desenrolada”.

Para incentivar esses alunos a continuarem em sala de aula é preciso aplicar metodologia diferente. O professor Paulo Prado conta que cada um tem sua metodologia de ensino, mas, no caso dele, aplica o método dirigido, em que o aluno leva questões para responder, o que fica mais prático, porque ele vai pesquisar nos livros e, a partir dessa pesquisa, vai aprendendo a ler e a escrever. “É o melhor método que pode existir para o pessoal que passa muito tempo sem estudar.”

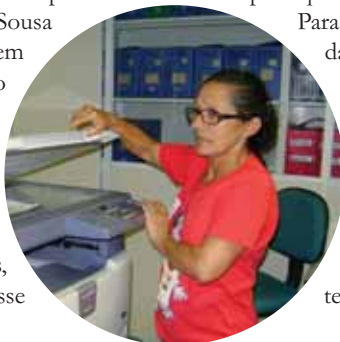
Outra diferença foi adequar o horário dos servidores com o horário das aulas, já que nos hospitais há regime de plantão. Segundo Rosália Sousa Santos, colaboradora do programa, vem atingindo o objetivo desejado e o motivo foi funcionar no próprio local de trabalho, pois nas chamadas escolas formais os servidores não teriam condições de frequentar as aulas, devido ao horário. Rosália Sousa lembra que muitos tinham vontade de retomar os estudos, mas, sem documentação que comprovasse

o grau de escolaridade, era mais difícil e, para resolver esse problema, implantaram o teste diagnóstico para medir as habilidades e competências e assim programar de onde deveriam começar.

A escolha do local de trabalho como sala de aula foi ideal, segundo pesquisa feita pelo governo do Estado antes de implantar o Elevação da Escolaridade. Para o coordenador de Ensino e Aprendizagem da Escola de Governo, professor Eldisson Pereira Jacobina, o Programa vem alcançando o objetivo desejado: qualificar o servidor. “Nós acreditamos que o Elevação da Escolaridade, dentro da Escola de Governo, é um dos programas que trouxe mais benefício para o Estado, pois a qualificação serve para eles e para a melhoria da qualidade do trabalho”. E para quem estava há anos fora da sala de aula, o horário diferenciado ajudou muito. Eles assistem à aula uma vez por semana, às sextas-feiras, e, nos demais dias da semana, têm aulas de reforço. Além disso ainda têm sessões de alongamento, de cinema e apoio psicológico. “Isso vem contribuindo para que os alunos tenham mais motivação para estudar”.

A secretária da Administração, Regina Sousa, conta que a iniciativa de criar o Programa foi uma forma de inclusão social e de democratização da capacitação, antes focada nos servidores lotados nos cargos de direção. E ser no local de trabalho foi um argumento irrefutável para que eles aceitassem o retorno à sala de aula.

Para a secretária, é uma experiência que vem dando certo e o Programa a cada ano recebe mais alunos. Sobre o pedido dos servidores de implantar o ensino médio dentro do programa, a secretária diz que é uma questão a ser estudada, pois depende de convênio com a Secretaria Estadual da Educação, que cede os professores e certifica os cursos. “Vamos tentar”, diz a secretária.



“Não perco uma aula, mas no início foi difícil”
Maria de Lourdes Pereira Campos

Garanta o sucesso da sua gestão: Adote o Ergon



Utilizado por prefeituras
de varias capitais:

São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre



Um em cada três Estados
brasileiros já utiliza o Ergon

Mais de dois milhões de funcionários gerenciados



Auditoria continuada da
Folha de Pagamento

RH e Folha de Pagamento integrados

todas as carreiras públicas e regimes jurídicos



 **TECHNE**
www.techne.com.br

Ergon - Gestão de Capital Humano no Setor Público

Agende uma demonstração pelo (11)2149 9200



RIO DE JANEIRO



O secretário Sérgio Ruy Barbosa (à direita), ao lado do subsecretário de Recursos Logísticos, Fábio Nunes, e equipe responsável pelo Sig

Estado lança sistema de aquisições pela internet

Claudia Elias/Seplag-RJ

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag) está implantando um novo sistema de compras governamentais pela internet: o Siga – Sistema Integrado de Gestão de Aquisições. Em setembro, os fornecedores começaram a fazer o registro no site www.compras.rj.gov.br. A partir de janeiro de 2010, cerca de 15 órgãos do estado vão comprar apenas dos fornecedores registrados no Siga. O principal objetivo é automatizar e controlar o processo de compras e logística de todos os órgãos do governo.

O sistema foi apresentado no dia 5 de outubro pelo secretário de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa, durante palestra no II Encontro Nacional de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais (Fomenta), realizado no Rio de Janeiro, e promovido pelo Sebrae. Na ocasião, Sérgio Ruy Barbosa afirmou que o Siga está em fase avançada de implementação e vai ser um salto no processo de compras do Estado, permitindo maior gerenciamento e mais transparência. A fim de incentivar as pequenas e microempresas, dando tratamento favorecido, simplificado e diferenciado, o governador Sérgio Cabral, durante o mesmo evento, assinou o Decreto n.º 42.063, que dá exclusividade de fornecimento a essas empresas para contratações de até R\$ 80 mil.

Em 2008, o Estado do Rio de Janeiro gastou R\$ 4,3 bilhões na compra de bens e serviços. Somente no ano passado, foram realizados 1.528 pregões eletrônicos, totalizando compras no valor de R\$ 1,6 bilhão. Segundo o secretário, o Siga vai permitir maior envolvimento do setor produtivo com as aquisições do Estado. “Queremos usar o poder do Estado para comprar mais e melhor com os fornecedores”. Com a adoção do Siga, haverá redução de 40% no tempo gasto com licitações, que atualmente

levam pelo menos três meses, e economia de aproximadamente 15% nos gastos, o que equivaleria, atualmente, a cerca de R\$ 600 milhões por ano. “Vamos ter o sistema de compras mais moderno do Brasil”, afirma Sérgio Ruy.

Uma das vantagens do Siga é que o comprador público vai ter acesso a um banco de preços para facilitar o processo de licitação, sem a exigência dos três valores para efeito de comparação, gerando mais velocidade. Também vai existir uma cotação periódica para utilização de referências dos compradores, além de um cadastro de materiais atualizados. O cruzamento de informações vai ajudar a compor análises multidimensionais, abordando os principais fatos administrados pelo sistema.

Concebido na Seplag e desenvolvido pela Accenture, em parceria com a M2M, o Siga vai proporcionar uma visão única e descentralizada das compras do estado, além de automatizar e controlar de forma mais eficaz os processos de compras e logística de todos os órgãos do governo estadual.

Apesar de ser uma plataforma única, operada pela internet, o sistema vai se adequar às características de cada secretaria, empresa pública, fundação ou autarquia. Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro conta com cerca de 80 unidades gestoras. Com o Siga, todas as compras do estado, seja por dispensa ou licitação, serão registradas pelo sistema, bem como toda a movimentação de materiais em almoxarifados locais e centrais será administrada de forma automática, possibilitando o controle de saldos de estoques, transferências entre almoxarifados e ressurgimento.

O Siga terá um catálogo de material e serviços novo e atualizado, *workflow* de aprovação eletrônico, verificação de saldos em estoque e banco de preços para facilitar as cotações. Também vai permitir a utilização de modelos de editais, que serão catalogados, ferramenta própria de pregão, registro eletrônico de recebimento de material, integração com o Siafem (sistema financeiro do Estado) para liberação de empenho e liquidação financeira e gestão eletrônica de almoxarifado e contratos.

Além disso, haverá consultas e relatórios on-line e os gastos poderão ser planejados com base no histórico gravado no sistema. E para não haver perda de prazos, o sistema contará com uma agenda eletrônica de ações pendentes e compromissos. Desta forma, segundo o secretário, serão gerados três grandes grupos de benefícios: eficiência do ciclo de compra, redução de custos e qualidade da governança. “O Rio de Janeiro estava no atraso. Virou esse atraso. Esse instrumento será não só de relação comercial, mas também de cidadania, pois antes de ser um empresário, o fornecedor é um cidadão. A janela está aberta a todos por meio do sistema”, diz Sérgio Ruy Barbosa.

“Queremos usar o poder do Estado para comprar mais e melhor com os fornecedores”

■ ■ ■

“Vamos ter o sistema de compras mais moderno do Brasil”

Sérgio Ruy

Um Balanço do Ano Nacional da Gestão Pública

Por Marcelo Viana*

O déficit de gestão no Estado brasileiro é indiscutível. Mas o empenho de organizações e pessoas em reverter essa situação também o é. Sua habilidade em aproveitar o espaço aberto pela estabilização da economia na agenda política está finalmente dando à gestão pública o lugar de destaque que ela merece na pauta nacional.

Isso ficou claro com o advento da *Carta de Brasília sobre Gestão Pública* – um pacto para melhorar a gestão, partindo do princípio de que é imprescindível orientar a ação do Estado para resultados, tendo como foco o cidadão e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade do gasto público –, firmada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (Consad) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Neste ano tivemos a confirmação inequívoca do destaque que o tema vem ganhando: um decreto do presidente Lula declarou 2009 o “Ano Nacional da Gestão Pública”. Eventos importantes marcaram o período, como o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Internacional do Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, organizados pela Secretaria de Gestão, e o Congresso Consad de Gestão Pública. Agora, 2009 vai chegando ao fim, e felizmente temos muitos avanços a celebrar. Abaixo estão alguns desses progressos:

■ **Simplificação do atendimento ao cidadão** – Apresentamos proposta que se transformou no Decreto que dispensa reconhecimento de firma em documentos oficiais e impede órgãos do Poder Executivo Federal de exigir do cidadão informações que já possui. Trabalhamos também para fortalecer as centrais de atendimento integrado ao cidadão, por meio da articulação dos agentes envolvidos e do estímulo à integração dos órgãos federais às centrais.

■ **Profissionalização da Administração Pública** – Mantivemos as ações para recomposição da força de trabalho no Poder Executivo Federal, com destaque para o setor de educação. Criamos novas carreiras nas áreas social e de infraestrutura, e propusemos a criação de uma carreira para fortalecer as áreas-meio dos ministérios. Substituímos mais de 70% dos trabalhadores terceirizados em situação irregular. Modificamos a legislação sobre contratações temporárias, conferindo mais racionalidade à gestão de pessoas. E propusemos a criação das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), a ser ocupadas por servidores públicos do quadro efetivo, mediante critérios de mérito, restringindo o número de cargos em comissão de livre provimento.

■ **Agenda Federativa** – Criamos o Siconv, que simplifica a relação entre os entes federados e está disponível no Portal dos Convênios (www.convênios.gov.br). Reorientamos o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage). Fizemos ajustes no Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex). E selamos acordo de cooperação para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos



* Marcelo Viana é Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

humanos da União e dos Estados, no intuito de apurar eventuais irregularidades, como duplicação de vínculo e aposentadorias irregulares.

■ **Desburocratização** – Trabalhamos, com a Controladoria Geral da União e os Ministérios, no mapeamento e na revisão de normas operacionais que dificultam o bom andamento da máquina pública, identificando normas infra-legais que precisam ser eliminadas ou ajustadas.

■ **Incentivos à boa gestão** – Desenvolvemos projeto para contratualização de desempenho e promovemos um realinhamento do Prêmio Nacional da Gestão Pública.

■ **Informações organizacionais** – Apresentamos proposta que transformou-se no Decreto de Fortalecimento Institucional, com diretrizes para a organização e o fortalecimento das estruturas administrativas dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, possibilitando avaliações mais adequadas das necessidades quantitativas e qualitativas de força de trabalho e de revisão de estruturas.

■ **Tecnologias de gestão para a excelência gerencial** – Implementamos o processo de reorientação do GesPública (www.gespublica.gov.br) para propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade às ações do Programa.

■ **Acesso de cidadãos de baixa renda a concursos** – Apresentamos proposta que transformou-se no Decreto que isenta de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos do Poder Executivo Federal os candidatos de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

■ **Estudos e pesquisas** – Fizemos um levantamento das formas existentes para os entes de cooperação e colaboração – Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), Serviços Sociais Autônomos (SSA), cartórios e fundações de apoio – e um diagnóstico de suas relações com os órgãos federais.

Essas e outras ações fazem parte de um grande esforço coletivo que culmina, neste final do “Ano Nacional da Gestão Pública”, com a apresentação do anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública. O documento, elaborado por especialistas em direito administrativo, consolida, atualiza e inova o marco legal básico que rege a Administração, adaptando-o às exigências contemporâneas, aperfeiçoando o serviço público e melhorando a qualidade do atendimento ao cidadão.

A proposta não constitui posição oficial de governo, mas é um ponto de partida altamente qualificado para o debate sobre a modernização da legislação, a ser submetido, após escrutínio público, à apreciação do Congresso Nacional.

A expectativa é de que uma norma clara e objetiva confira maior segurança à atuação de gestores, advogados e controladores públicos, reduzindo conflitos administrativos e judiciais e contribuindo para a excelência do Estado na consecução de suas políticas.

Assim, encerramos o ano da gestão com um debate de alto nível sobre o funcionamento da Administração Pública Federal. Mas ainda há um longo caminho a percorrer. O “Ano Nacional da Gestão Pública” termina, mas a era da gestão está apenas começando.

**Simplificação do
atendimento ao
cidadão**

**PROFISSIONALIZAÇÃO
DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

**Agenda
Federativa**

DESBUROCRATIZAÇÃO

Incentivos à boa gestão

**INFORMAÇÕES
ORGANIZACIONAIS**

**Tecnologias de gestão para
a excelência gerencial**

**ACESSO DE CIDADÃOS DE
BAIXA RENDA A CONCURSOS**

Estudos e pesquisas



Secretaria de Administração promove discussão do Novo Direito Administrativo

Assessoria de Comunicação/Searh

A Secretaria Estadual da Administração e dos Recursos Humanos (Searh) promoveu de 29 de setembro a 1º de outubro de 2009, em Natal, o 1º Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. O evento, que contou com a participação de 600 pessoas, abordou o tema "A nova perspectiva do Direito Administrativo".

Um assunto em comum abordado em todas as palestras foi a readequação do Direito Administrativo para a efetiva atuação do governo em prol do atendimento das necessidades básicas da população, como explica o secretário estadual da Administração e dos Recursos Humanos, Paulo César Medeiros. "O Congresso cumpriu plenamente o seu objetivo, que era iniciar uma discussão acerca dos caminhos que devem ser trilhados para a construção de um Novo Direito Administrativo, que aparelhe o Estado no sentido de fazê-lo cumprir com suas obrigações." E o secretário completa: "Uma Administração Pública orientada para resultados deve ter o Direito Administrativo como executor dessas ações voltadas para resultados."

O quadro de palestrantes do Congresso de Direito Administrativo contou com profissionais renomados da área. Segundo a coordenadora da Assessoria Jurídica da Searh, Cláudia Lemos, foram escolhidos aqueles que mais se destacam na discussão e na doutrina do Direito Administrativo atualmente no país. Cláudia conta ainda como surgiu a iniciativa de realização do Congresso: "A ideia nasceu do anseio da Assessoria Jurídica de fazer um encontro com todos os assessores, um *workshop*, para

padronizar os entendimentos, uniformizar posições entre os profissionais da área. Porém este ano a ideia se tornou um pouco maior, com a iniciativa do secretário de Administração, Paulo César Medeiros, de transformar esse encontro num congresso, em que pudessemos discutir não apenas temas de dificuldades locais e pontuais, mas temas do Direito Administrativo que estão sendo discutidos a nível nacional", ressaltou a coordenadora.

Foram apresentadas palestras com o ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler; o mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Edgar Antonio Chiuratto Guimarães; o procurador-geral do Ministério Público de Contas – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Fabrício Motta; o procurador do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Binenbojm, e o professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da USP (graduação, mestrado e doutorado), Gustavo Henrique Justino de Oliveira.

O evento contou ainda com a participação de Luiz Moreira Gomes Júnior, doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Paulo Modesto, professor de Direito Administrativo da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Sidney Bittencourt, mestre em Direito com mais de 30 anos de experiência na Administração Pública; Fábio Barbalho Leite, mestre em Direito pela PUC de São Paulo, e Maria Sylvia Zanella di Pietro, professora titular de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo (USP), ícone na área.



No RN, Escola de Governo conta com Programa de Capacitação a Distância

Em 2009, a Escola de Governo do RN (Egov/RN) conquistou uma nova parceria na oferta de cursos de capacitação para os servidores do Estado: Egov/RN e FGV Online desenvolvem o Programa de Capacitação em Administração Pública a Distância, que tem o objetivo de capacitar os 70 mil servidores do Rio Grande do Norte por meio de cursos que podem ser feitos pela internet.

A diretora-geral da Escola de Governo, Valéria Rocha, explica a importância do projeto. "Esse programa é uma grande conquista para o servidor estadual, que agora vai ter a possibilidade de se qualificar

e de conhecer mais profundamente sua área de atuação. E tudo isso contando com a comodidade de fazer um plano de estudo pessoal, adequado a sua disponibilidade de tempo", declara a diretora.

A coordenadora pedagógica da FGV, Elisabeth Silveira, enfatiza a relevância da parceria: "Espero uma longa relação entre nós e a Escola de Governo. Estamos só no início do programa, temos a missão de oferecer a melhor qualificação e estrutura de atendimento ao aluno", e finaliza: "A FGV Online confirma parceria com a Escola e evidencia seu encantamento com o projeto".



Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos é fundamental na busca pela reestruturação do Estado

Adriana Corrêa/Ascom – Sarh

Com o equilíbrio da contas públicas, por meio do ajuste fiscal, o Governo do Estado voltou a investir e solucionar questões que estavam reprimidas há décadas. Houve regularização de dívidas e as obras atrasadas estão sendo concluídas. Os salários e as contas assumidas são pagos em dia, pois só se contrata o que está dentro do orçamento previsto. Além disso, promoções e reajustes voltaram a ser concedidos aos servidores.

A Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos tem se empenhado na busca pela reestruturação do Estado, por meio de gestão e planejamento.

Compras do Estado: do gasto para a economia

Uma das áreas mais importantes a ser reestruturada era a de compras. Mesmo com a falta de recurso, a prestação de serviços à população não podia parar. Mas os poucos fornecedores que ainda vendiam ao Estado, recebiam com até 13 meses de atraso, por isso aumentavam o preço para compensar o risco.

A situação começou a mudar depois do início do alcance das metas propostas por um plano estratégico. Com as contas equilibradas, os fornecedores começaram a receber em dia. Em 2007 eram 1,2 mil, agora são mais de 10 mil. A concorrência está proporcionando uma economia que, só em 2009, deve chegar a R\$ 100 milhões.

Em outubro, a governadora Yeda Crusius assinou decreto que institui a nova estrutura básica da Sarh, com inclusão da Central de Compras (Cecom), em substituição à Central de Licitações e Contratos (Celic). Yeda também assinou os decretos que criam o Sistema de Gestão de Compras do Estado (Sisgecom) e tratam da Reformulação do Catálogo de Materiais.

Na ocasião, a governadora observou que o Plano de Governo prevê um Estado com desenvolvimento sustentável, com políticas sociais universalizadas e de qua-

lidade, e que trata o dinheiro público com muito respeito e transparência: "Estou tomando a decisão de trazer para dentro do governo as ferramentas do bom uso do dinheiro público, para que ele seja usado com eficiência".

A Cecom passará a ser responsável por normatizar e organizar das compras de todo o governo. O secretário da Administração e dos Recursos Humanos, Elói Guimarães, disse que o Estado está sendo modernizado e que a gestão efetiva dos processos de compras e o pagamento em dia dos fornecedores proporcionam maior agilidade nas operações e queda dos preços pagos. "O governo Yeda é um dos mais austeros da história do Rio Grande do Sul e, com a Cecom, está fazendo uma economia, em relação aos preços médios praticados no mercado", enfatizou.

O Sisgecom vai integrar a gestão de compras e dar maior agilidade e transparência na aquisição de bens e materiais e na contratação de obras e serviços para a administração pública estadual. Entre as novidades propostas pela Cecom, está a criação da função de gestor de compras em cada órgão da administração direta, nas fundações e autarquias.

Servidor tem pagamento em dia e reajustes aguardados há mais de 10 anos

Medidas como a reestruturação das compras, permitiram que, nos três primeiros anos de gestão, 98% dos servidores do Executivo fossem beneficiados por reajustes e outras 28 mil novas contratações fossem autorizadas. Desde 1994, o pagamento do 13º salário do funcionalismo vinha sendo feito com antecipações de ICMS, venda de ativos, repasses extraordinários de recursos da União ou com empréstimos dos servidores junto ao Banco do Estado (Banrisul), com custos adicionais provocados pelos juros. Em 2007, o governo garantiu o pagamento em dia, com recursos sacados do fundo previdenciário. Com o resultado do ajuste fiscal em 2008, o 13º salário foi pago antecipadamente, com recursos do Tesouro do Estado. Para 2009, o governo já assegurou o pagamento em dia do 13º salário dos servidores.

Em março de 2007, faltaram recursos para pagar a totalidade das obrigações do Estado. Há anos o pagamento dos servidores era feito às custas de receitas extraordinárias. O governo parcelou os salários mais altos da folha e, depois de um ano, foi

possível regularizar a integralidade do pagamento dos salários, que seguem em dia até hoje.

Em três anos foram regularizadas 33,7 mil promoções, que estavam atrasadas há mais de dez anos. Na Sarh, foram concedidas promoções a 1.175 servidores públicos. Foram contemplados 561 funcionários do quadro-geral, com os avanços parados desde 1999, e 614 do quadro de técnicos-científicos, que aguardavam desde 1996 para ser promovidos. Segundo o titular da Administração, Elói Guimarães, a medida, que atende a determinação da governadora Yeda Crusius, só foi possível em função do equilíbrio fiscal. "Só pudemos cumprir com a legislação, porque agora existem condições financeiras para honrar esse compromisso com os servidores, que tiveram papel fundamental para chegarmos ao saneamento das finanças", destacou o secretário.

Além disso, em dezembro de 2007, a governadora anunciou a retomada do pagamento dos precatórios, que não eram pagos desde 1999. Mais uma ação permitida com o alcance do déficit zero.



Gestão patrimonial garante medidas reivindicadas pela população

Na Capital Gaúcha, o descaso com uma área de quase 10 mil metros quadrados, localizada em zona nobre da cidade, assombrava a população do entorno e incomodava a todos que passavam pelo local, abandonado há mais de 20 anos. A antiga sede da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (Corlac), foi incorporada ao patrimônio do Estado em 1998, como parte do pagamento de dívidas que restaram com a extinção do órgão.

Em agosto deste ano, a governadora e o titular da Sarh anunciaram a liberação do terreno para venda. Conforme Yeda, que esteve no local acompanhada de Elói Guimarães, o governo saneou todos os passivos, vencendo todas as etapas jurídicas e burocráticas. "O desentrelaçamento dessa área atende a um dos primeiros pedidos feitos à Secretaria da Administração, dentro de nosso programa de racionalização do patrimônio do Estado", destacou Yeda, que elogiou o trabalho realizado pelos técnicos da Secretaria da Administração.

Hoje, o Rio Grande do Sul comemora mais um resultado positivo promovido pelo governo estadual, ao garantir novo destino para o imóvel da extinta Corlac. Em sessão de abertura de propostas de compra, na modalidade de concorrência, realizada no dia 5 de novembro, na Central de Compras, foi conhecido o novo proprietário da área. É a empresa Torre de Pedra Empreendimentos Imobiliários, que apresentou proposta no valor de R\$ 13,610 milhões.

Elói Guimarães classificou a venda do imóvel como um marco histórico. "É mais uma solução deste gover-

no, que está sendo marcado pela reversão de fatos negativos em resultados positivos. E quem ganha é, mais uma vez, a população gaúcha", destacou o secretário. O recurso financeiro garantido com a operação será empregado em melhorias, reformas ou aquisição de patrimônio, por meio do Fundo de Gestão Patrimonial (Fegep).

Outra área onde a população clamava por uma solução fica em Santa Maria, na Região Central do Estado. Em 23 de setembro, a governadora Yeda e o secretário Elói Guimarães formalizaram a doação de terrenos para 25 mil moradores do loteamento Nova Santa Marta. A liberação da área para a doação foi viabilizada pela Sarh, por meio do Departamento de Administração do Patrimônio (Deape). Com a regularização, a área de 254 hectares passa a pertencer às 5 mil famílias que já ocupam o local. Aguardado há 17 anos, é o maior projeto de regularização fundiária da América Latina, permitindo o reassentamento de comunidades que vivem em áreas de risco.

Em sua terceira visita ao loteamento, durante ato festivo, preparado pela comunidade, Yeda foi saudada e aplaudida. "Assumi o compromisso de entregar as escrituras. As famílias vão saber que os títulos de propriedade são seus", afirmou. Ao destacar que o governo gaúcho é parceiro do Programa Minha Casa, Minha Vida, Yeda ressaltou que o estado está preparando projeto para ampliar o loteamento Santa Marta em 50 hectares, para construção de 2 mil casas: "Estou feliz por colaborar para que a organização e a luta desta comunidade se transformassem em título de propriedade, para que todos possam viver com dignidade e se desenvolver como pessoas". O secretário Elói Guimarães ressaltou que a medida restabelece a dignidade dos moradores da comunidade. "Isto é gestão, ajustar as contas, trabalhar e lutar pelo povo", disse ele.

Governo cumpre com seu compromisso e lança Detran Público

Em 2007, com a reorganização administrativa das Secretarias de Estado, a Sarh passou a ter como órgão vinculado, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RS). A partir daí, uma série de mudanças na gestão da autarquia começou a ser planejada e já está sendo colocada em prática. Um novo Detran foi criado e apresentado aos gaúchos no dia 22 de outubro deste ano. O Detran Público foi pensado e desenvolvido para prestar serviço de qualidade, com transparência, e ter os custos de emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) reduzidos.

Ao anunciar as mudanças, a governadora Yeda Crusius disse que a intenção é que o novo Detran venha a ser modelo para outros estados. "Essa transformação de um ente simbólico negativo em um símbolo positivo mostra que o Novo Detran é um acerto", disse Yeda, ao valorizar o trabalho realizado pelo secretariado, em especial pelo titular da pasta da Administração e dos Recursos Humanos, Elói Guimarães, pela contribuição para a reconstrução e o redirecionamento dos serviços do Detran em benefício da sociedade.

A autarquia assumiu integralmente a aplicação dos exames teóricos e práticos de direção, e a CNH passa a ser de inteira responsabilidade do Estado. E em 1º de

janeiro do ano que vem, entram em vigor valores reduzidos das taxas do documento. Também foi anunciado pela governadora o envio à Assembleia Legislativa de projeto de reajuste salarial para funcionários do Detran. Bastante aplaudida pelos servidores, Yeda assinou, junto com o diretor-presidente do Departamento, Sérgio Filomena, o ofício do projeto de lei que estabelece os valores de vencimentos básicos dos cargos do quadro de pessoal do Detran e institui a gratificação de produtividade de trânsito. Foi assinado ainda acordo de resultados entre o Governo do Estado e o Detran, juntamente com as secretarias da Administração e dos Recursos Humanos, do Planejamento e da Fazenda, estabelecendo formas para assegurar a produtividade e a qualidade dos serviços públicos prestados e definir indicadores para mensurar o grau de desempenho do Detran. Foram entregues 66 novos veículos e kits sinalizadores de trânsito para o trabalho dos examinadores.

Desde o dia 16 de outubro, com apoio da Cia de Processamento de Dados do Estado (Procergs) e da Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag), o Detran passou a administrar, semanalmente, 7 mil exames teóricos e 9,5 mil exames práticos em 274 Centros de Formação de Condutores (CFCs), localizados em 151 municípios do estado. Os usuários continuarão buscando todos os serviços de habilitação junto aos CFCs. A novidade é que as provas passam a ser agendadas em um sistema informatizado, garantindo maior conveniência para o candidato, que saberá com antecedência o horário de seus exames.



II Oficina de Trabalho

Estado premia ideias de servidores com foco na redução de despesas

Além de reconhecer iniciativas, concurso estimula cultura do não desperdício

Texto: Ricardo Amaral/Ascom - Segad

Fotos: France Telles

O uso responsável e a economia na utilização de recursos naturais e de outros materiais é unanimidade em todo o mundo. Acompanhando essa tendência, a Secretaria da Gestão Estratégica e Administração de Roraima (Segad) realizou, no último mês de setembro, a II Oficina de Trabalho, visando a estimular os servidores a apresentar projetos viáveis e de fácil utilização para diminuição dos gastos comuns às rotinas de trabalho.

O objetivo não era apenas premiar ideias inovadoras, mas também outras já existentes em âmbito nacional e internacional. Um bom exemplo disso é a *Eco Font*, desenvolvida pela empresa Sprang: uma fonte que diminui em até 20%, os gastos com impressão de documentos.

Mesmo amplamente divulgada na internet e em outros meios de comunicação, ainda é pouco utilizada. A *Eco Font* foi apresentada pelos servidores Antonio Reticlifi, Takachi Nakazaki e Iran Rocha, do Departamento de Imprensa Oficial. A fonte possui inúmeros orifícios, que de acordo com Reticlifi, “são perceptíveis apenas a partir do tamanho 16”, ou seja, podem ser utilizadas em documentos internos, que, em sua grande maioria, apresentam fonte tamanho 12.

Mesmo não sendo uma das três ideias premiadas, a *Eco Font* foi muito elogiada e instalada em todos os computadores da Segad, inclusive disponibilizando-a para *download* no site do servidor: www.servidor.rr.gov.br.



Público da II Oficina de Trabalhos da Segad

Ideias que dão certo

Reduzir o custo com chamadas telefônicas. Responsável por uma grande parcela dos gastos com as rotinas de trabalho, esse foi o foco da equipe da folha de pagamento da Segad. Em 2008, o Estado gastou mais de R\$ 7,5 milhões, somente com a telefonia.

Para diminuir drasticamente esses números, a equipe da Folha de Pagamento propôs em seu projeto a substituição do serviço de telefonia fixa por serviço de banda larga, com contratação de serviços de voz por protocolo de internet, popularmente conhecido como Voip.

De acordo com a analista de sistema, Rui Palmeira Júnior, se adotado, o projeto pode render considerável economia aos cofres públicos. “Essa economia seria na ordem de 50% a 70%”, ressaltou.

Com um preço considerado alto pela maioria dos consumidores, os gastos com a aquisição de combustível também teve atenção especial dos participantes. A regulamentação e controle da frota de veículos do governo foi o tema do projeto que ficou com a segunda colocação.

Apesar de não ter nenhum caráter excepcional, como descreve o próprio projeto, o trabalho desenvolvido pela equipe da Coordenação Geral de Transporte e Abastecimento (Cgtran) chama a atenção para uma prática simples, mas que não é adotada por muitas gestões: o recolhimento da frota de veículos das secre-

tarias, sem exceção, nos finais de semana e feriados, deixando somente 20% dos veículos disponíveis, tendo em vista que esse percentual é o suficiente para atender à demanda, salvo os serviços considerados essenciais.

O Centro de Tecnologia da Informação (CTI), unidade responsável pela criação e pela manutenção de sites, e pelo portal do governo de Roraima, arrematou o primeiro lugar, com o projeto Migração do Microsoft Office para BOffice, que viabiliza a redução de gastos com pagamento de licenciamento. A implantação do BOffice (software livre) em todos os setores da Segad eliminaria os custos de utilização e licença do produto Office da Microsoft.

Além disso, a medida traria maior segurança, estabilidade e disponibilidade, proporcionadas pelo Software Livre e independência de um único fornecedor. Eliminação de mudanças compulsórias que os modelos fechados impõem, periodicamente, a seus usuários, em virtude da descontinuidade de suporte a versões.

De acordo com a secretária da Gestão Estratégica e Administração, Ana Lucíola Franco, todos os projetos serão enviados para uma prévia defesa de sua viabilidade na Casa Civil, visando a sua implantação imediata em todo o governo. “Alguns deles precisam de qualificação de mão de obra para ser implantados. Outros têm custo zero, podendo ser adotados imediatamente. Em tempos de crise, o objetivo é cortar gastos”, finalizou.

Estadual

O Instituto de Modernização Pública, órgão ligado à Segad, que promoveu o evento, está estudando a viabilidade de realizar a Oficina de Trabalho em nível estadual, por meio de um concurso abrangendo todas as secretarias do governo. “Como um piloto, a II Oficina foi um sucesso. Queremos agora estender o evento para que todos os servidores estaduais participem”, explicou a secretária Ana Lucíola.



Secretária Ana Lucíola com a equipe que ganhou o primeiro lugar na Oficina de Ideias



SANTA CATARINA

Protocolo eletrônico elimina “papelório” e “carimbório”

Assessoria de Comunicação/Sea

Antes mesmo de completar um ano no cargo, o secretário da Administração de Santa Catarina, José Nei Ascari, concluiu um dos programas mais ambiciosos – e aguardados – de modernização da gestão administrativa do Governo do Estado: o Sistema de Protocolo Eletrônico.

O novo sistema entrou em operação no final de setembro na Secretaria da Administração, na condição de piloto. Em linhas gerais, vai permitir que o protocolo e a tramitação de documentos oficiais entre uma repartição e outra sejam feitos por meio digital.

Dito assim, poderá parecer, à primeira vista, apenas mais um de tantos projetos de modernização para melhorar a qualidade da gestão no poder público. Trata-se, no entanto, como destaca Ascari, de algo bem mais ambicioso.

“O que estamos testemunhando é a consolidação de um estágio bem avançado dentro de um processo integrado de substituição dos métodos convencionalmente utilizados na administração pública por ferramentas eletrônicas de última geração, preconizado há sete anos pelo governador Luiz Henrique da Silveira e intitulado de Governo Eletrônico”.

Com efeito, reduzir a burocracia, acelerar as ações e aumentar a transparência dos atos governamentais tem sido preocupação constante do governador, que decretou em janeiro de 2003, bem no início do seu primeiro mandato, a extirpação gradativa do que intitulou de “papelório” e “carimbório” na esfera do governo estadual. Para tanto, já foram investidos no projeto global R\$ 9,3 milhões, dos quais R\$ 6,3 milhões apenas em softwares.

Fim da burocracia

“Com o Protocolo Eletrônico estamos ingressando na fase derradeira desse processo, estabelecendo uma nova era nos procedimentos administrativos do Estado”, afirma o secretário.

E prevê: “Assim que estiver totalmente implantado o novo sistema, o “papelório” e o “carimbório” mencionados pelo governador passarão a pertencer ao passado, e uma nova dinâmica, consolidada na modernidade, fará fluir os procedimentos administrativos na celeridade exigida pela sociedade atual”.

A implantação do Protocolo Eletrônico nos cerca de 80 órgãos do Poder Executivo – na capital e nas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, espalhadas pelo Estado – está prevista para acontecer em janeiro de 2010, explica o gerente de Tecnologia da Informação da Secretaria da Administração e coordenador do programa, Luiz Carlos Maroso.

– Assim que tivermos domínio total do novo sistema, a partir da experiência com o piloto, estaremos aptos a expandir sua área de ação, cobrindo toda a área administrativa do Poder Executivo – informou.

Hoje circulam entre as diferentes repartições do Governo do Estado nada menos que 7,8 milhões de processos em papel. Na capital, tais documentos são apanhados diariamente no início do expediente no protocolo central, localizado no Centro Administrativo do Governo do Estado, por *office boys* que, fazendo parte do trajeto de carro, parte a pé, os distribuem em diferentes órgãos públicos espalhados pela cidade. Lá, recolhem outros documentos e os entregam no protocolo central, geralmente no fim do dia.

Atualmente, a morosidade intrínseca ao processo é, muitas vezes, agravada por enganos de toda ordem, seja na recepção, seja no arquivamento ou, ainda, na distribuição de tais documentos aos diferentes setores de cada órgão público. Embora o controle do fluxo seja feito por um programa de computador, ele não permite a visualização do documento, apenas ajuda a localizar o processo.



Rapidez e economia

Dessa forma, não é raro o trâmite de um desses papéis, entre emissor e destinatário, levar mais de um dia – isso dentro da capital. O quadro se agrava quando o intercâmbio acontece entre cidades diferentes e passa a envolver serviço de malote ou correio. Nesses casos, um documento encaminhado por uma Secretaria de Desenvolvimento Regional pode demorar uma semana até chegar ao protocolo central, em Florianópolis.

Com o Protocolo Eletrônico os documentos circularão na velocidade da web, poderão ser integralmente visualizados na tela, alterados ou acrescidos, e assinados eletronicamente.

■ Além de agilidade, rapidez, transparência e segurança, o novo sistema promoverá sensível redução de custos para o governo – assinala Ascari.

■ A economia total em papel, etiquetas, capas de processos, tinta e impressão ainda não foi calculada. Mas só, em correios, a Secretaria da Administração, que tem fluxo de 265 mil processos, estima economizar R\$ 400 por dia.

■ Redução no custeio equivale a dizer mais recursos em caixa para investimentos em áreas prioritárias – observa o secretário.

■ Outras características importantes que atestam a complexidade e a modernidade do sistema são a certificação digital, a garantia do horário exato em que cada documento é gerado e protocolado, a identificação eletrônica de cada servidor que participar do processo, senhas de acesso específico e criptografia – esta para evitar qualquer tipo de violação de conteúdo.

“Em suma, um sistema que, além de agilidade, de transparência e de economia, proporciona total segurança ao processo”

José Nei Ascari

Qualidade do Gasto Público ainda que tardia

Renata Vilhena*

Em tempos de debate sobre reforma tributária é fundamental que o país não se esqueça da premência de se melhorar a qualidade do gasto público. Sem metodologia e indicadores que possam medir os resultados dos orçamentos executados, todo esforço do governo, por maior que seja, poderá não produzir necessariamente boas estradas, bons serviços de saúde, de educação e todos os outros que são tarefa do poder público. A questão é relevante e urgente pois um dos mais nobres valores da democracia é exatamente a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade. É por este caminho, e somente por ele, que conseguiremos superar as desigualdades sociais e regionais que vem sacrificando de forma dramática gerações de brasileiros ao longo da nossa história.

Este é o desafio que o Brasil precisa assumir: entregar melhores resultados ao cidadão sem onerar mais a sociedade. Em Minas Gerais, é esta a tarefa sobre a qual estamos debruçados desde 2003, quando o governador Aécio Neves lançou o *Choque de Gestão*. A experiência sem dúvida joga luz sobre a conjuntura que estamos vivendo, principalmente em se tratando de um Estado que sintetiza a realidade brasileira: desenvolvido como os vizinhos do sul e pobre como os do norte. O *Choque de Gestão*, depois de seis anos de implementação e em sua segunda geração, já produziu resultados excepcionais.

Na área de educação, o percentual de alunos com nível recomendado de leitura aos 8 anos de idade saltou de 65,7% em 2007 para 72,5% em 2008, sendo que a meta é atingir 100% em 2010. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil caiu de 16,34 por mil nascidos, em 2005, para 14,84, ultrapassando a meta pretendida de 15,36. No setor rodoviário, dos 224 municípios que não possuíam ligação asfáltica quando Governador assumiu em 2003, 101 foram atendidos até o final de 2008 e a meta de 100% será cumprida em 2010. O percentual da malha rodoviária estadual em condições funcionais más ou péssimas caiu de 24,7% em 2007 para 22% em 2008. São apenas alguns exemplos dos resultados obtidos pelo novo modelo focado na qualidade do gasto.

O *Choque de Gestão* compreende um conjunto de métodos inovadores de administração pública. Cada área do Governo pactua com o Governador do Estado o seu Acordo de Resultados, que consiste em um contrato de gestão que sintetiza o conjunto de metas e resultados a serem entregues ao cidadão. Para sustentar a política de contratualização, foi regulamentado o Prêmio por Produtividade, uma recompensa financeira, concedida aos servidores, em caso de bom desempenho na entrega dos resultados firmados. O cumprimento das metas estabelecidas para 2008 propiciaram a inédita distribuição de R\$ 318 milhões em premiação para 299 mil servidores públicos estaduais.

A nova fase do *Choque de Gestão* consolida o modelo pois avalia os resultados por equipe de trabalho dentro de cada órgão, elevando a qualidade das metas, já que foram pactuados resultados finalísticos, de impacto direto para a sociedade. Ou seja, em vez de se restringir, por exemplo, ao número de atendimentos ambulatoriais, o Acordo de Resultados passa a pactuar a redução da mortalidade infantil e o aumento das moradias com rede de esgoto. Assim, cada uma das quase 4 mil escolas estaduais, 23 hospitais, 86 unidades prisionais, além de mais de 600 outras unidades já possuem metas específicas que serão avaliadas.

Outros exemplos de políticas pactuadas para melhorar a qualidade do gasto público surgem em outros estados brasileiros e em alguns países. O Brasil, mais que o restante dos países, precisa amadurecer essas experiências de forma a corrigir suas recordistas marcas de desigualdade.



* Renata Vilhena é Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

III CONGRESSO **CONSAD** de Gestão Pública

Centro de Convenções Ulysses Guimarães, **Brasília/DF**
15, 16 e 17 de março de **2010**

Mais de 400 trabalhos inscritos

www.consad.org.br

Promoção e realização:



Ministério
do Planejamento,
Orçamento e Gestão



Apoio:



Programa de Melhoria da Qualidade dos Gastos Públicos supera meta de economia de R\$ 500 milhões

Gestão mais eficiente reduziu R\$ 518 milhões nas despesas de custeio do Estado



Assessoria de Comunicação/SGP

O governador José Serra e o secretário da Gestão Pública, Sidney Beraldo, anunciaram os resultados do Programa de Melhoria da Qualidade dos Gastos Públicos. No período entre maio de 2008 e abril de 2009, o Programa gerou uma economia de R\$ 518,2 milhões aos cofres públicos. O anúncio foi realizado no dia 8 de outubro, no Palácio dos Bandeirantes.

O montante foi obtido por meio de ações implementadas por toda a Administração Direta e Autarquias, com foco no aumento da eficiência da gestão dos contratos de prestação de serviços e na otimização do consumo de recursos materiais e da compra de medicamen-

tos, entre outros produtos. O valor economizado representa 6,4% do total de R\$ 7,8 bilhões gastos com despesas pelo estado. A meta inicial do Programa era R\$ 500 milhões.

"É um trabalho que deu certo, com muita rentabilidade para o Estado de São Paulo, porque não implica redução de nenhum serviço, apenas economia, apenas gastar menos, o que permite inclusive ampliar os serviços", afirmou o governador José Serra. "Eu vou dar um exemplo: remédios. 93% dos medicamentos que o governo do estado distribui são os mais baratos comprados pelo setor público no Brasil", completou Serra.

O objetivo do Programa de Melhoria dos Gastos Públicos é aumentar a eficiência da aplicação dos recursos da administração paulista e, com isso, ampliar os benefícios para a população. Para definir os indicadores, estabelecer as metas e planejar as ações foram feitas mais de 21 mil análises nas despesas das secretarias, do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), do Centro Paula Souza, do Hospital das Clínicas São Paulo e de Ribeirão Preto.

Os trabalhos foram divididos em dez pacotes (*veja quadro abaixo*). As duas maiores economias foram atingidas pelos pacotes de Compra de Medicamentos e Contratos de Gestão, com R\$ 263,09 milhões e R\$ 106,19 milhões, respectivamente. No primeiro item, a redução foi obtida com a identificação de oportunidades de compra de medicamentos a custos mais baixos. Em média, a economia obtida foi de 21% e os recursos provenientes da ação foram empregados na compra de mais medicamentos.

Já no segundo item, o foco foi o aumento do número de atendimentos realizados nos hospitais geridos pelas Organizações de Saúde (OSs). Dos 26 hospitais conveniados com o estado, 19 ampliaram o número de pessoas atendidas. Mais 400 mil atendimentos foram realizados.

Na área de Alimentos, a pasta da Educação colocou em prática o Estudo de Sazonalidade, que comparou os preços de produtos alimentícios com características nutritivas equivalentes. Com isso, a mandioca passou a ser

comprada no lugar da batata no período de entressafra e foi obtida economia de R\$ 600 mil em cinco meses. O valor economizado foi revertido na compra de barra de cereal para a merenda escolar de 1.721 escolas e beneficiou 90 mil alunos em 18 municípios paulistas, sendo nove deles do Vale do Ribeira.

"Com o uso dos recursos financeiros e materiais de forma mais eficiente é possível aumentar a oferta dos atendimentos para a população, ampliar o número de medicamentos comprados, eliminar desperdícios e melhorar a qualidade do serviço público", diz o secretário Sidney Beraldo.

Cerca de 14 mil servidores públicos participaram dos trabalhos do programa, desenvolvido em todas as pastas da Administração e quatro autarquias. O enfoque maior foi dado para as secretarias da Educação, Saúde, Segurança Pública e Administração Penitenciária, que possuem as maiores despesas.

Na próxima fase do Programa, a formulação e o acompanhamento das ações serão atribuídas aos 150 especialistas em políticas públicas – atualmente participando do Curso de Formação na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) –, que vão ingressar na administração paulista no início de 2010.

O projeto é um convênio entre o governo do Estado e o Movimento por um Brasil Competitivo (MBC) –. A Secretaria de Gestão Pública coordena o trabalho e fornece apoio a todos os órgãos estaduais.

PACOTE	FOCO DAS AÇÕES	GANHO REALIZADO
Medicamentos e Serviços de Saúde	Identificação de oportunidades para aquisição de medicamentos com melhores preços	R\$ 263,09 milhões
Contratos de Gestão	Gestão dos contratos das Organizações Sociais (OSs)	R\$ 106,19 milhões
Material de Consumo	Prática de melhores preços e otimização do consumo	R\$ 65,26 milhões
Absenteísmo e insalubridade	Acompanhamento do ganho com as novas normas de combate ao absenteísmo	R\$ 31,48 milhões
Concessionárias	Otimização dos gastos com serviços oferecidos pelas concessionárias de água, energia e telefone	R\$ 21,38 milhões
Transporte	Otimização do Consumo de combustível, das peças e do gerenciamento da frota	R\$ 13,26 milhões
Serviços Terceirizados	Ampliação dos Cadernos – Cadterc. (os cadernos apresentam a melhor forma de contratação e de preço)	R\$ 8,91 milhões
Informática	Prática de melhores preços para aquisição dos produtos	R\$ 5,75 milhões
Alimentação	Prática de melhores preços para aquisição dos insumos	R\$ 2,24 milhões
Reformas e Conservação	Criação de um Caderno único de referência no Estado	R\$ 600 mil
TOTAL		R\$ 518,2 MILHÕES

Para conhecer exemplos de ações realizadas acesse o link: <http://www.gestaopublica.sp.gov.br/conteudo/1580.html>

Poupatempo implanta sistema online de gestão e de avaliação do serviço

Criada pela Prodesp, a solução tecnológica permite ao usuário avaliar a qualidade do atendimento do Poupatempo

O novo sistema de gestão do Programa Poupatempo foi apresentado pelo secretário de Gestão Pública, Sidney Beraldo no Posto Campinas Shopping. O Sintonia – Gestão de Serviços permite uma visão geral da atividade do Poupatempo, em tempo real, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

O sistema monitora os tempos de execução dos serviços em mesa e coleta a opinião do cidadão sobre o atendimento recebido, imediatamente após a realização do mesmo, gerando indicadores de desempenho em níveis que vão desde o geral do Posto, passando pelo órgão, até chegar a uma única estação de trabalho. A solução tecnológica também permite aos gestores, remotamente, a verificação da quantidade de mesas ocupadas, máquinas em funcionamento ou desligadas.

O Sintonia está instalado nos 13 Postos Fixos do Poupatempo no Estado (Sé, Luz, Santo Amaro, Itaquera, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Osasco, Campinas Centro, Campinas Shopping, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto). O monitoramento é feito nos três órgãos mais procurados pelos usuários: Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) e Detran – Departamento Estadual de Trânsito. Juntos eles prestam cerca de 644,5 mil atendimentos por mês em todo o estado.

A emissão das primeira e segunda vias do RG, da Carteira de Trabalho e da 2ª via da CNH – Carteira Nacional de Habilitação estão entre os mais de 40 serviços que participam desta etapa inicial (veja quadro com lista completa). No total, o sistema ficará instalado em 811

computadores e cerca de 1.500 funcionários já estão capacitados para utilizá-lo. A secretaria de Gestão Pública, em uma segunda fase, vai estender o sistema para outros órgãos em funcionamento no Poupatempo.

O Sintonia, sistema desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), inova ao criar ferramentas que possibilitam o rigoroso controle da qualidade pelos gestores, a distância e em tempo real, e que permitem um gerenciamento proativo dos Postos.

Na prática, o novo sistema emite alertas quando são identificadas ocorrências fora do padrão, como, por exemplo, desvio no tempo médio previsto para a execução do serviço na mesa de atendimento. O gestor recebe a notificação na tela do computador e pode agir de imediato. O acompanhamento também já pode ser realizado por telefonia móvel, utilizando tecnologia WAP.

Com o Sintonia, o Poupatempo também intensifica sua pesquisa de Satisfação dos Usuários, com a abertura de mais este canal. A partir de agora, os cidadãos que realizarem os serviços monitorados serão convidados pelo atendente a opinar sobre a qualidade do atendimento recebido por meio de um teclado especial e acessível, com as opções “ótimo”, “bom”, “regular” e “ruim” identificadas por texto, ícones e cores. O usuário participa somente se quiser e o atendente não tem acesso à avaliação recebida.

“Este é mais um investimento do Estado para elevar a qualidade do serviço público. O acesso, em tempo real, aos indicadores de desempenho e a avaliação permanente da população vão tornar a gestão do Poupatempo ainda mais eficiente e beneficiar os cidadãos”, diz Sidney Beraldo, secretário de Gestão Pública.

Órgãos e serviços avaliados pelo sintonia:

ÓRGÃOS	SERVIÇOS
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD)	Emissão RG 1ª via; Emissão RG 2ª via; Emissão de Atestado de Antecedentes Nominal e Numeral; Declaração de Extravio de RG; Pendência de Atestado de Antecedente.
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert)	Atualização Cadastral; Cadastro de Emprego; Carteira de Trabalho; Convocado IMO; Convocado PNPE; Inf. Curso Formação Profissional; Inscrição PNPE; Pendência Seguro Desemprego; Seguro Desemprego.
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito	1º Registro de Veículo; 2ª via CNH; 2ª via CRLV; 2ª via CRV; 2ª via Multa Municipal; Alteração de Endereço; Certidão CNH; Certidão Não Localização; Certidão Negativa Furto/Roubo; Comunicação Venda; Cópia AIT; Defesa Pontuação; Recurso Multas; Exame Médico; Extrato Cadastro Veículos; Indicação de Condutor; Informação/Consulta; Licenciamento; MILT; Multas - DSV/MILT; Municipal - Recurso de Multa; Outra via original CRLV; Pesquisa de Multas; Pesquisa de Pontuação; Preenchimento Renavan; Psicólogo; Renovação CNH; Serviços de Emissão; Substituição Permissão Dirigir; Transferência Pontuação; Transferência Veículo.



O Sintonia está instalado nos 13 postos fixos do Poupatempo

Governo cria rede de tecnologia para capacitar servidores do Estado de São Paulo a distância

O programa de Tecnologia para a Rede de Escolas de Governo, denominado de Tec-Reg, busca integrar as escolas de governo, com a finalidade de dar apoio às ações de governo, bem como capacitar e aperfeiçoar os funcionários

O governador do estado de São Paulo, José Serra, assinou decreto que institui o Programa de Tecnologia para a Rede de Escolas de Governo (Tec-Reg). O objetivo da medida é promover, por meio de tecnologias da informação e comunicação, a integração de unidades governamentais de ensino, visando a apoiar ações de gestão, capacitação e formação dos servidores públicos paulistas.

A Tec-Reg ficará sob a coordenação da Secretaria de Gestão Pública, com o apoio da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap). Por meio de suportes da tecnologia da informação – entre eles a videoconferência –, o programa veiculará produtos de natureza formativa, gestão e comunicação.

O secretário estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo, destacou a importância do uso de novas ferramentas como forma de gestão e difusão de informação. “Hoje, é preciso aplicar o que se tem de mais moderno para difundir o saber. A Tec-Reg nasce, justamente, com este propósito, que é o de espalhar o conhecimento de maneira ágil, eficaz e com baixo custo, para o maior número possível de pessoas”, disse.

Além de ajudar a reduzir custos de formação e capacitação, a iniciativa vai adequar os conteúdos curriculares e aumentar o número de pessoas que podem ser abrangidas por ações governamentais.

Amparado na rede tecnológica, a Tec-Reg busca promover integração das escolas de governo ligadas às 26 secretarias do estado de São Paulo. Até o momento, as secretarias da Saúde, da Administração Penitenciária e da Fazenda já fazem parte da rede de tecnologia.

Para tanto, disponibilizaram espaço físico, pessoal e infraestrutura de apoio, links de conexão da rede Intragov e demais requisitos técnicos operacionais requeridos para integrar a rede. Com isso, a Tec-Reg poderá contar, desde o início da sua operação, com 50 salas de videoconferência em todo estado e cinco estúdios de geração de conteúdos. Mas a expectativa é que, no futuro, esse número chegue a 88 salas.

As demais secretarias interessadas em participar poderão aderir ao programa por meio da formalização do Termo de Adesão ao Programa de Tecnologia para Rede de Escolas de Governo – Tec-Reg.



Assessoria de Comunicação/Sead

Governo lança unidade móvel de atendimento ao cidadão

O Ceac Móvel, que oferece 85 serviços para quase 1,5 milhão de pessoas, tem levado cidadania para o interior sergipano e já realizou mais de 40 mil atendimentos

O acesso a serviços de interesse público está mais fácil para a população que vive no interior sergipano desde que entrou em funcionamento o Ceac Móvel. Projetada especialmente para atender aos 74 municípios do interior de Sergipe, a unidade móvel do Centro de Atendimento ao Cidadão (Ceac) realizou mais de 40 mil atendimentos após percorrer 25 municípios até o final de outubro, com uma média de mil atendimentos por dia.

O Ceac Móvel, que iniciou o atendimento ao público em junho de 2009, oferece atualmente 85 serviços à população, entre os quais a emissão de carteira de identidade, carteira de trabalho, certidão de nascimento, cadastramento de imóvel rural e acesso gratuito à internet pública. O Ceac Móvel funcionou em fase experimental por três meses até ser oficialmente lançada pelo governador Marcelo Déda, no dia 14 de setembro.

Com investimento mensal de R\$ 260 mil, aplicados na locação do ônibus adaptado para o atendimento ao público, a Secretaria de Estado da Administração é responsável pela coordenação do Ceac, que, além da unidade móvel, possui duas unidades instaladas em Aracaju, no Shopping Riomar e na Rodoviária Nova. Juntas, essas duas unidades realizam uma média de 120 mil atendimentos mensais. O secretário Jorge Alberto diz que a proposta de lançar o Ceac Móvel surgiu da necessidade de atender os cidadãos

que não podem se deslocar diariamente à capital para ter acesso a esses serviços.

“O Ceac reúne, em um único lugar, diversos serviços essenciais para o exercício da cidadania. É uma forma de economizar tempo e facilitar a vida das pessoas, que podem regularizar vários documentos de uma só vez. E o Ceac Móvel é uma prova de que o governo do estado trabalha para levar inclusão e cidadania para todo o povo sergipano de forma descentralizada, beneficiando principalmente aqueles que não podem arcar com os custos de uma viagem a Aracaju”, afirma Jorge Alberto.

Mudanças

Atualmente, cerca de 75% da população sergipana vive fora da capital. É quase 1,5 milhão de pessoas, muitas delas com pouca ou nenhuma condição de conseguir um transporte para viajar até Aracaju, onde se concentra oferta de serviços. Aos poucos, o Ceac Móvel está transformando a vida dessas pessoas. E foi uma sensação de mudança o que sentiu o motorista Antenor Batista dos Anjos Filho, 49, que estava desempregado havia um ano quando, em setembro, o Ceac Móvel estacionou em frente a sua casa, em Tomar do Geru, a cerca de 120 km de Aracaju.



Naquele instante, ele enxergou uma chance de conseguir uma nova oportunidade profissional. Anterior logo se dirigiu ao Ceac, fez seu currículo e se cadastrou no Banco de Empregos do Núcleo de Amparo ao Trabalhador (NAT), órgão parceiro do Ceac Móvel. Voltou para casa cheio de esperança na conquista de uma vaga no mercado de trabalho. “É maravilhoso. Consegui fazer o meu currículo, bem organizado, e imprimir 10 cópias sem pagar nada. O pessoal daqui é muito educado e atencioso com a gente. O governo está de parabéns. Agora, vou distribuir os currículos e com fé em Deus, vou ser chamado para trabalhar”, disse Antenor.

Em passagem pelo município de Gararu, no sertão sergipano, o Ceac Móvel também contribuiu para a melhoria de vida da população daquela cidade. Antônio Freire dos Santos tinha completado oito décadas de vida havia pouco mais de um mês, quando o Ceac Móvel se

instalou em sua cidade, em julho. Mesmo com a idade avançada, ele não abriu mão de seus direitos e aproveitou a passagem da unidade móvel do Ceac para solicitar a 2ª via de sua carteira de identidade, a qual exibe hoje com satisfação. “Nessa idade, a gente pensa que nem vai precisar mais desses documentos, mas é sempre importante ter todos eles em dia”, contou o aposentado.

Integração

O Ceac Móvel atua de forma complementar a outro programa do governo do estado, o Sergipe de Todos. Promovido pelo gabinete da primeira-dama, Eliane Aquino, ele se instala em uma cidade do interior sergipano, que é nomeada simbolicamente, por um dia, capital do estado. Durante o Sergipe de Todos, é oferecido grande variedade de serviços, palestras e oficinas para a população local durante todo o dia.

Como o Sergipe de Todos, a cada edição, se desloca a uma região diferente, o Ceac Móvel atende aos demais municípios do território em que se instala o programa do gabinete da primeira-dama, priorizando inicialmente aqueles com menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Assim, os dois programas do Governo de Sergipe somam esforços e concentram suas ações em uma única região de forma simultânea. Até o dia 25 de setembro, cinco regiões já haviam sido atendidas pelo Ceac Móvel: o Médio Sertão, o Alto Sertão, o Baixo São Francisco, além das regiões Centro Sul e Sul Sergipano.

Estado é destaque no Fomenta em 2009

Com uma política de tratamento diferenciado às MPEs, Sergipe viu a participação dessas empresas nas compras públicas do governo estadual crescer 900% em dois anos

O Governo de Sergipe foi destaque na última edição do Fomenta, encontro nacional que discute oportunidades para pequenas e microempresas nas compras governamentais, promovido pelo Sebrae em parceria com o Ministério do Planejamento. O secretário Jorge Alberto participou do painel com o tema “A política de compras públicas como indutora do desenvolvimento local”. Sergipe foi o único estado convidado para participar do evento realizado em outubro no Rio de Janeiro, por conta de seu pioneirismo na criação da Lei Estadual n.º 6.206/07, que garante tratamento diferenciado aos pequenos negócios nas compras públicas e tem trazido resultados bastante positivos.



Em sua apresentação, Jorge Alberto foi convidado a participar para apresentar ações adotadas no atual governo e que estão estimulando o crescimento das pequenas e microempresas no estado. Em quase três anos de governo, a participação das MPEs nas compras públicas teve um crescimento de mais de 900%, resultado sem precedentes no país. Ao final de 2007, as pequenas e microempresas locais representavam apenas 6% do valor comprado pelo governo de Sergipe. Ao final de agosto de 2009, data do último levantamento, esse índice chegou a 61,5%.

A política de apoio às pequenas e microempresas também mostra reflexos diretos na economia sergipana. Dados da Junta Comercial de Sergipe mostram que o número de pequenos negócios cadastrados anualmente cresceu de forma substancial. Enquanto em 2007 foram cadastrados 1.813 novos estabelecimentos, entre janeiro e setembro de 2009 já foram contabilizadas 2.551 novas empresas de micro ou pequeno porte em operação, registrando um aumento de quase 50% no número de novas pequenas e microempresas instaladas em Sergipe durante o ano.

Para o secretário Jorge Alberto, a política estadual de tratamento diferenciado às pequenas e microempresas vem modificando a realidade socioeconômica do estado. “Os números mostram que desenvolvemos boas condições para o crescimento das MPEs sergipanas, que representam 99% dos estabelecimentos produtivos em operação no estado. Quando investimos nesse segmento empresarial, estamos contribuindo para a geração de novos empregos e distribuição de renda, e o Governo Marcelo Déda conseguiu beneficiar essas empresas por meio da modernização das compras públicas, transformando as licitações estaduais em uma ferramenta estratégica para a economia sergipana”, afirma.

Ambiente favorável

A apresentação também mostrou que o Governo de Sergipe, ao publicar a Lei n.º 6.206/07, criou condições para que as pequenas e microempresas se tornassem competitivas nas licitações públicas estaduais. Idealizada pela Secretaria de Estado da Administração, a lei se tornou pioneira no país por ter sido a primeira a conceder prioridade de contratação de MPEs nas compras públicas estaduais. Para reforçar os seus efeitos, o governo do estado publicou também a Lei n.º 6.192/07, que isenta do pagamento de parcela do ICMS as empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil.

O secretário Jorge Alberto destacou o fato de ambas as leis terem sido aprovadas na Assembleia como um fator positivo, pois facilitou o trabalho de



“A política de compras públicas como indutora do desenvolvimento local”

■ ■ ■

“O Estado não leva mais meses para pagar, no máximo em 15 dias quitamos nossas dívidas com os fornecedores. Isso traz credibilidade para o governo e incentiva as empresas a participar de nossos processos licitatórios”

Jorge Alberto

estímulo as pequenas e microempresas iniciado pelo governo. Mas isso só foi possível graças ao total interesse do governador Marcelo Déda, que deu prioridade aos pequenos negócios. “Temos mantido um diálogo constante e direto com a classe empresarial, mostrando quais os benefícios das leis e buscando soluções para os problemas enfrentados por essa empresa. Essa ação está sendo possível graças à parceria com o Sebrae em Sergipe, que soma esforços, principalmente no trabalho de capacitação desses empresários, orientando-os para se tornarem fornecedores do governo do estado”, afirmou.

Outra ação pioneira foi oferecer uma linha de crédito especial para micro e pequenas que venceram licitações estaduais, desenvolvida pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese). A linha Credi-Compras Governamentais Banese, também idealizada pela Secretaria

da Administração, oferece crédito para capital de giro e investimentos para essas empresas. Desde seu lançamento, em junho de 2009, a linha de crédito já havia emprestado, até o mês de setembro, mais de R\$ 600 mil, em 43 operações financeiras contratadas.

A modernização das compras públicas também foi destacada durante a apresentação. Atualmente, aproximadamente 93% das licitações do Governo de Sergipe são realizadas por meio de pregões eletrônicos, que geram aproximadamente 42% de economia aos cofres públicos, com aproximadamente R\$ 200 milhões economizados em três anos. “O Estado não leva mais meses para pagar, no máximo em 15 dias quitamos nossas dívidas com os fornecedores. Isso traz credibilidade para o governo e incentiva as empresas a participar dos nossos processos licitatórios”, explicou Jorge Alberto.

Governo investe na efetivação de servidores

Texto: Seleucia Fontes - Ascom/Secad
Fotos: Elson Caldas/Secom e Divulgação Secad

Estabilidade e possibilidade de progredir na carreira. Essas características têm atraído grande número de brasileiros para o emprego público, por meio dos concursos. Por outro lado, a realização de certames é a forma ideal encontrada para seguir os princípios fundamentais que regem os serviços públicos, ou seja, continuidade, igualdade, impessoalidade, mutabilidade, legalidade e supremacia do interesse público.

No Tocantins não seria diferente. Com a recente mudança de gestão, no Governo do Estado e na Secretaria da Administração, a administração pública vive nova etapa, que tem como um de seus principais focos a valorização do servidor público. “Neste novo momento do governo estamos dando prosseguimento a três concursos, visando à substituição gradativa de servidores comissionados por concursados”, explica o

secretário da Administração, Eugênio Pacceli.

Os certames são voltados para os setores da Educação, da Saúde e Quadro Geral e estão sob a responsabilidade da Secretaria da Administração (Secad). Juntos, oferecem 9.768 vagas, para uma demanda em torno de 145 mil inscritos. São categorias que exigem profissionais qualificados em várias especialidades, para cargos que precisam de um trabalho de continuidade. “Com os servidores efetivos, é possível desenvolver um programa de capacitação mais eficiente, no intuito de melhor aproveitá-los, visando a uma máquina pública mais eficiente”, diz Pacceli.

Hoje, o Governo do Tocantins possui 33.094 servidores efetivos, com 6.102 efetivos com cargos em comissão. Os comissionados somam 22.054, incluindo trabalhadores de natureza essencial, como Saúde e Educação.



“Neste novo momento do governo estamos dando prosseguimento a três concursos, visando à substituição gradativa de servidores comissionados por concursados”

Eugênio Pacceli



Mais de 104 mil candidatos disputam as vagas do Quadro Geral. Estabilidade e carreira atraem pessoas para o serviço público

Concursos

O certame do Quadro Geral é o maior, oferecendo 6.352 vagas para os níveis superior, médio e fundamental, distribuídas em todos os 139 municípios tocantinenses, além da Secretaria de Representação do Governo em Brasília. Também foi observada a preocupação com a destinação de 5% das vagas aos portadores de deficiência, além da criação de um cadastro de reserva.

Também está previsto para dezembro o resultado do concurso da Saúde, que abriu 1.218 vagas, sendo 591 para nível superior – incluindo médicos e outras categorias – e 627 para nível médio. Mais de 22 mil candidatos fizeram as provas e a avaliação dos portadores de deficiência já ocorreu. O certame, que vem sendo desenvolvido em clima de tranquilidade, também prevê distribuição de vagas para vários municípios tocantinenses.

O clima é de calma e ansiedade também entre os candidatos do concurso da Educação, cujas provas foram aplicadas para cerca de 19 mil pessoas que disputam 2.198 vagas de professor da Educação Básica, em 15 modalidades, incluindo professor de Língua Brasileira de Sinais (Libras). O resultado da revisão da prova de redação (para quem pediu) e da avaliação de títulos está previsto para 1º de dezembro e a lista definitiva dos aprovados para a primeira quinzena no mesmo mês.

Concursos em números

Quadro Geral

Vagas – 6.352

Inscritos – 104 mil

Saúde

Vagas – 1.218

Inscritos – 22 mil

Educação

Vagas – 2.198

Inscritos – 19 mil

EXPEDIENTE

Revista Governança e Desenvolvimento

Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad

Endereço: SRTVS - Qd. 701 - Lote 4 - Bl. O - Entrada A

Salas 128/130 - Brasília-DF

Fone: 61- 3226 6569 / 8151 5150 - **Site:** www.consad.org.br

E-mail: consad@consad.org.br

Secretária-executiva: Iracy Gomes Nunes

Assessora de Comunicação: Andreia Salles

PRESIDÊNCIA

Presidente: Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior - Rio Grande do Norte

1º Vice-Presidente: Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins - Rio de Janeiro

2º Vice-Presidente: Maria Marta Renner Weber Lunardon - Paraná

JUNTA FISCAL

Paulo Henrique Saraiva Câmara - Pernambuco

Maria Regina Sousa - Piauí

SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

Acre – Mâncio Lima Cordeiro

Secretário de Estado da Gestão Administrativa

Alagoas – Guilherme Souza Lima

Secretário de Estado da Gestão Pública

Amapá – Wellington de Carvalho Campos

Secretário de Estado da Administração

Amazonas – Lígia Abraham Fraxe Licatti

Secretária de Estado da Administração e Gestão (em exercício)

Bahia – Manoel Vitorino da Silva Filho

Secretário de Estado da Administração

Ceará – Desirée Custódio Mota Gondim

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão (em exercício)

Distrito Federal – Ricardo Pinheiro Penna

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Espírito Santo – Ricardo de Oliveira

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Goiás – Luiz Edgar Leão Tollini

Superintendente de Gestão Estadual da Sefaz

Maranhão – Luciano Fernandes Moreira

Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

Mato Grosso – Geraldo Aparecido de Vito Junior

Secretário de Estado da Administração

Mato Grosso do Sul – Thie Higuchi Veigas Santos

Secretária de Estado da Administração

Minas Gerais – Renata Maria Paes de Vilhena

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Pará – Wilson Modesto Figueiredo

Secretário de Estado da Administração

Paraíba – Antônio Fernandes Neto

Secretário de Estado da Administração



Paraná – Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Pernambuco – Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretário de Estado da Administração

Piauí – Maria Regina Sousa

Secretária de Estado da Administração

Rio de Janeiro – Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Rio Grande do Norte – Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Rio Grande do Sul – Elói Guimarães

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Roraima – Ana Luciola Vieira Santos

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

Rondônia – Valdir Alves da Silva

Secretário de Estado da Administração

Santa Catarina – José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

São Paulo – Sidney Estanislau Beraldo

Secretário de Estado da Gestão Pública

Sergipe – Jorge Alberto Teles Prado

Secretário de Estado da Administração

Tocantins – Eugênio Pacceli Freitas Coelho

Secretário de Estado da Administração

REVISTA

Edição

Andreia Salles - 61 9231-1669

andreia@emporio.inf.br

Diagramação/Capa

Arte Contexto Ltda

Matérias

As matérias e as fotografias desta revista foram gentilmente cedidas pelos incansáveis assessores de comunicação dos estados publicados nesta edição

Impressão

Alpha Gráfica

Tiragem - 2.000 exemplares

consad@consad.org.br